Monitor Mercantil

EDIÇÃO NACIONAL ● R$ 3,00
Sexta-feira, 21 de junho de 2024
Ano CVII ● Número 29.635
ISSN 1980-9123

Siga: twitter.com/sigaomonitor
Acesse: monitormercantil.com.br

O GENIAL ATOR OTHON BASTOS

'Não me entrego, não': monólogo celebra seus 70 anos de carreira. Por Paulo Alonso, **página 2**

PEREGRINAÇÃO A MECA A MAIS DE 50°

Nem todos os peregrinos conseguem se deslocar da maneira oficial. Por Bayard Boiteux, **página 3**

ENTORNO DE ESTÁDIO SEM GARRAFAS

Alerj proíbe venda de bebidas em garrafas de vidro. Por Sidnei Domingues e Sérgio Braga, **página 4**

Somente 22 mil empresas respondem por 70% dos salários

Trabalhador com nível superior recebe 3x mais

Em 2022, havia 9,4 milhões de empresas e outras organizações formais ativas no Brasil, que ocupavam 63 milhões de pessoas ao final daquele ano. Desse total, 6,6 milhões eram sem pessoal assalariado (69,6%) e 2,9 milhões com pessoas assalariadas (30,4%). Apenas 21.861 empresas eram responsáveis por 50,1% do pessoal ocupado total, 54,1% do pessoal ocupado assalariado e 69,3% dos salários e outras remunerações.

Essas empresas e outras organizações com 250 pessoas ou mais são apenas 0,8% das 2,9 milhões que têm pessoas assalariadas. "Apesar do predomínio daquelas de menor porte na estrutura empresarial brasileira, as empresas e outras organizações com 250 pessoas ou mais obtiveram as maiores participações nas variáveis econômicas analisadas", destaca Eliseu Oliveira, analista da pesquisa Estatísticas do Cadastro Central de Empresas (Cempre) do IBGE.

Em 2022 do total de empresas e outras organizações com empregados em 31 de dezembro, 76,8% tinham de 1 a 9 pessoas assalariadas; 19,8%, 10 a 49 pessoas; 2,6%, 50 a 249 pessoas; e 0,8%, 250 pessoas ou mais.

Os salários médios mensais mais elevados foram pagos pelas empresas e outras organizações com 250 pessoas ou mais, R$ 4.528,67, que é 152,6% maior que o salário recebido por aquelas com 1 a 9 pessoas ocupadas, R$ 1.793,08. Considerando o valor médio (R$ 3.548,12), apenas as empresas e outras organizações com 250 pessoas ou mais pagaram salários acima desse patamar.

Em análise por escolaridade, verificou-se que 76,6% do pessoal ocupado assalariado não tinha nível superior, e 23,4% tinha. O pessoal ocupado assalariado sem nível superior recebeu, em média, R$ 2.441,16 e o com ensino superior, R$ 7.094,17, aproximadamente três vezes mais.

"Sob outra ótica, é possível avaliar que o pessoal ocupado assalariado sem nível superior recebeu, em média, 2 salários mínimos, ao passo que o pessoal com nível superior, 5,9 salários mínimos", complementa o pesquisador do IBGE.

Para 69% dos brasileiros, juros elevados contribuem para alta do custo de vida

Nesta quarta-feira, Banco Central manteve a taxa de juros em 10,5% ao ano e encerrou um ciclo de cortes que se iniciou em agosto do ano passado. E o aumento da taxa de juros preocupa a maior parte dos brasileiros. É o que mostra a pesquisa "Monitor do Custo de Vida", realizada semestralmente pela Ipsos: 69% dos entrevistados acreditam que os juros contribuem muito para o aumento do custo de vida.

Os países mais preocupados com a taxa de juros são Coreia do Sul (81%), África do Sul (80%) e Turquia (78%). O número brasileiro vem caindo a cada nova medição do estudo. Em novembro de 2022, chegou a atingir 83% – mês em que o país era o segundo mais preocupado com o tema entre todas as nações pesquisadas.

Apenas 6% dos brasileiros entrevistados dizem que estão vivendo de maneira confortável financeiramente; 32% dos entrevistados no Brasil dizem estar passando dificuldade/muitas dificuldades financeiras atualmente. Nesta mesma pergunta, nossa vizinha Argentina se destaca como país com a pior situação: apenas 3% disseram que estão vivendo de maneira confortável financeiramente, enquanto 57% dizem estar passando dificuldade/muitas dificuldades financeiras.

Brasil realiza 2ª emissão de títulos sustentáveis

O Brasil realizou nesta quinta-feira sua segunda emissão de títulos sustentáveis em dólares no mercado internacional, com o objetivo de reafirmar o compromisso do país com políticas sustentáveis, em linha com o crescente interesse de investidores não-residentes e a expansão do mercado de títulos temáticos em todo o mundo, informou o Tesouro Nacional.

A operação, que oferecerá títulos de sete anos com vencimento em 2032, estará vinculada ao compromisso do governo brasileiro de destinar o valor equivalente aos recursos líquidos captados na operação para ações de sustentabilidade e desenvolvimento social.

"O objetivo da operação é reafirmar o compromisso da República com políticas sustentáveis, convergindo com o crescente interesse dos investidores não residentes e com a expansão do mercado de títulos temáticos no mundo", afirmou o Tesouro em comunicado.

A operação foi liderada pelos bancos Bank of America, Goldman Sachs e HSBC. A primeira operação deste tipo foi realizada em novembro de 2023, arrecadando US$ 2 bilhões e com um retorno de 6,5% anual.

Fontes renováveis atingem 49,1% na matriz energética

Nos últimos dois anos, a participação das renováveis na Oferta Interna de Energia (OIE) brasileira aumentou para 49,1%, em 2023. Em 2021, o percentual de fontes renováveis na matriz energética brasileira era de 45%. O dado foi divulgado, nesta semana, no Balanço Energético Nacional (BEN) 2024 elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) em parceria com Ministério de Minas e Energia (MME).

De acordo com o BEN 2024, os altos níveis de energia renovável foram assegurados especialmente pelo desenvolvimento das fontes eólica, solar e biomassa. A energia hidráulica manteve-se estável. A participação de cada fonte renovável:

Biomassa da cana:	16,9%
Hidráulica:	12,1%
Lenha e carvão vegetal:	8,6%
Eólica:	2,6%
Solar:	1,7%
Outras:	7,2%

Tailândia e Malásia avançam para aderir ao Brics

A Tailândia está avançando com seu plano de se tornar membro do Brics, grupo de economias emergentes, já em outubro, na próxima cúpula do bloco na Rússia, disse nesta quinta-feira uma autoridade do Ministério das Relações Exteriores tailandês.

A Tailândia apresentou uma carta formal de intenção de adesão durante a reunião ministerial do Brics há mais de uma semana e espera receber retorno positivo, disse o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores, Nikorndej Balankura. Seria o primeiro membro do Sudeste Asiático a integrar o grupo.

"A adesão ao Brics permitiria à Tailândia alavancar ainda mais o avanço da cooperação Sul-Sul, bem como desempenhar um papel mais proativo e contribuir para a elaboração da arquitetura global", disse Nikorndej em conferência de imprensa.

Na semana passada, o primeiro-ministro da Malásia, Anwar Ibrahim, também anunciou que o seu país decidiu aderir ao Brics. "Deixamos clara a nossa política e tomamos a nossa decisão", afirmou. "Iniciaremos o processo formal em breve."

Ao mesmo tempo, indicou que tinha discutido o assunto numa recente reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A declaração foi feita à publicação chinesa *Guancha*. Anwar disse que a Malásia está "aliviada" pelo fato de o mundo unipolar ser uma coisa do passado.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R$ 5,4561
Dólar Turismo	R$ 5,6790
Euro	R$ 5,8406
Iuan	R$ 0,7511
Ouro (gr)	R$ 415,92

ÍNDICES

IGP-M	0,89% (maio)
	-0,31% (abril)
IPCA-E	
RJ (junho)	1,15%
SP (junho)	1,20%
Selic	13,25%
Hot Money	0,63% a.m.

O genial ator Othon Bastos

Por Paulo Alonso

O que se pode dizer ou escrever sobre um ator como Othon Bastos? O que esse artista transmite em cena é impactante, indescritível e simplesmente sensacional. Pois é, esse ator, de 91 anos, completo e genial, está no palco do Teatro Vanucci, na Gávea, em cena, apresentando o monólogo *Não me entrego, não*, escrito e dirigido pelo não menos espetacular e talentoso Flávio Marinho, que resgata, com criatividade, os principais momentos da longa trajetória de Othon, que comemora 70 anos de carreira ininterrupta, seja no teatro, no cinema ou na televisão.

Contrariando o que o menino Othon ouviu de uma professora, quando tinha apenas 12 anos, de que seria um fracasso se entrasse para o teatro, ele é um dos grandes atores do nosso tempo, encarnando seus personagens de forma visceral e emocionante. Sua performance é de extraordinária qualidade de cênica e ele vem, por essa atuação recebendo os maiores e melhores elogios da crítica especializada e da legião de colegas de profissão que tem ido vê-lo no palco, nessa peça que fica em cartaz até o final de julho, e de entusiasmados fãs.

Foi o próprio Othon que teve a ideia de criar esse monólogo, depois de assistir à montagem de *Judy: o Arco-íris É Aqui*, na qual Luciana Braga interpretava a lendária atriz e cantora Judy Garland (1922-1969). Ele comenta que viu a atriz em cena, falando dela própria e da atriz Judy Garland, ao mesmo tempo, de forma criativa e inteligente. Ele, entusiasmado, percebeu que esse 'duo' poderia ser uma coisa bem-feita e sublime. Resolveu, então, procurar o amigo Flávio Marinho e lhe propor algo do gênero.

Trata-se do primeiro monólogo do ator, e ele pensa ser uma loucura falar dele próprio, pois o teatro é a arte de contracenar.

Flávio confessa que, no final, a peça ficou mais rica do que ele mesmo imaginava. "É um pouco a biografia dele, mas é uma peça sobre a vida em geral, sobre todos esses assuntos que todo mundo tem, que é o trabalho, o amor, a relação com a fé, política, tudo que faz parte da vida de todo mundo."

A atriz Juliana Medella acompanha o artista como um apoio para trazer observações às suas falas para que não precise sair do personagem. "É uma personagem simbólica, pois não tem um perfil psicológico. Eles discutem, discordam. Enfim, é igual à própria memória. Isso deu um colorido e um charme à peça", esclarece Flávio Marinho. Já Othon, sempre bem-humorado e de bem com a vida, diz que a presença da atriz é interessante e importante. "Achei que seria legal ter uma espécie de Alexa em cena".

O fato é que, com casa cheia todas as noites, Othon mais uma vez mostra o gigante que é em cena. A atriz Jalusa Barcellos, e que também escreveu as biografias de Procópio Ferreira e Bibi Ferreira, saiu mais do que impressionada com o que testemunhou no teatro. Ela saiu em êxtase e agradecida com o espetáculo assistido e postou nas redes um belo texto, sintetizando suas impressões:

"Saí de casa, lembrando de todos os momentos em que estivemos juntos nessa vida. E como sempre amei a singeleza e a simplicidade desse doce e divertido baiano, dotado de um gigantesco talento, fui para o teatro pensando: ainda não assisti, mas já gostei! O que acontece no palco do Teatro Vannucci, durante uma hora e meia de atuação, está muito além de uma impecável realização teatral, onde tudo funciona magistralmente bem: das intervenções sonoras, o desenho da luz até a belíssima concepção cenográfica, sem falar na atuação sob medida de uma bela partner cênica, interpretada pela doublé de diretora assistente e atriz Juliana Medella. O que está lá e não deve deixar de ser visto por ninguém é um Ato Supremo de Amor!!! Um Ato de grandeza, que só os grandes, ou só os fortes, como prefere o próprio Othon, são capazes de nos ofertar."

De fato, o espetáculo é imperdível e são muitos os seus ensinamentos. E nesse período, onde se evidencia o etarismo vigente no ramo do entretenimento, Othon Bastos semeia e colhe esse momento de vitalidade artística e não se entrega, não.

Othon fixou residência no Rio de Janeiro ainda jovem, após a morte de seus pais, para estudar em um colégio interno. Ingressou no grupo teatral mantido pelo lendário Paschoal Carlos Magno, atuando, primeiramente como assistente de cenografia, de iluminação e de sonoplastia e, a partir de 1951, já como ator. Em 1956 partiu para Londres, indo estudar teatro. De volta ao Brasil, foi trabalhar na TV Tupi. Em 1962 participou de três filmes, o premiado *O pagador de promessas*, de Anselmo Duarte, *Tocaia no asfalto*, de Roberto Pires, e *Sol sobre a lama*, de Alex Viany. Foi dirigido por grandes profissionais, como Glauber Rocha, em *Deus e o diabo na terra do sol* e *O dragão da maldade contra o santo guerreiro*.

A partir da década de 70, Othon passou a acumular vários prêmios em sua longa carreira. Em 1970 conquistou o de melhor ator no Festival de Brasília, por sua atuação em *Os deuses e os mortos*, de Ruy Guerra, e, em 1973, levou o prêmio de melhor ator no Festival de Gramado, por seu papel em *S. Bernardo*, de Leon Hirszman. Dezenas de outros se seguiram.

Sobre o clássico *Deus e o diabo na terra do sol*, segundo Othon Bastos, no roteiro havia um flashback do cangaceiro Corisco, seu personagem. Então Othon fez sua sugestão brechtiana: "Por que não fazer Corisco narrando a própria história e não um flashback?". Glauber aceitou, o que merece elogios do intérprete ainda hoje: "Glauber, que na época tinha seus 22 anos, e fazia seu primeiro grande filme, teve a coragem e a generosidade de aceitar essa experiência".

No teatro, atuou em clássicos como *As três irmãs*, de Tchecov; *Um bonde chamado desejo*, de Tenessee Williams, e o *Auto da Compadecida*, de Ariano Suassuna. Encenou *Castro Alves pede passagem*, de Gianfresco Guarnieri; *Murro em Ponta de Faca*, de Augusto Boal; *Calabar – O Elogio da Traição*, de Chico Buarque, que está comemorando 80 anos, e Ruy Guerra. Chegou a ter sua própria companhia de teatro, em sociedade com sua mulher, a atriz Martha Overbeck.

Othon Bastos é um ator recordista em participações na TV, já tendo participado de mais de 80 produções entre novelas, séries, minisséries e casos especiais nas emissoras pelas quais passou.

O cineasta Sérgio Resende, diretor do filme *Mauá: o imperador e o rei*, afirmou que Othon Bastos é o maior ator brasileiro de todos os tempos. No filme, Othon dá vida ao personagem Visconde de Feitosa, atuação que lhe rendeu a indicação ao prêmio de melhor ator no Grande Prêmio Cinema Brasil. No cinema, Othon Bastos acumula cerca de 80 filmes. Na década de 90, dois filmes nacionais que tiveram sua participação concorreram ao Oscar de melhor filme estrangeiro: *O que é isso, companheiro?*, de Bruno Barreto; e *Central do Brasil*, de Walter Salles.

As décadas de 2000/2010 e a de 2020 em que vivemos foram e está sendo repletas de atuações em seriados e em novelas, além dos palcos nos quais jamais deixou de pisar. Foi escalado para diversas produções do cinema nacional, entre elas: *Ponto final*, de Marcelo Taranto; *O Gerente*, de Paulo César Sarraceni; *Vazio Coração*, de Alberto Araujo; e o filme de estreia, como diretor, do ator José Wilker, *Giovanni Improtta*.

O ator também foi um dos homenageados no 4º Anápolis Festival de Cinema, que aconteceu em 2014, por sua significativa colaboração para a consolidação da sétima arte no Brasil. Dois anos depois, o ator foi dos homenageados do *Programa Persona em Foco* da TV Cultura, sendo protagonista do filme *Bodas*, de Alexia Maltner, escolhido para ser exibido na mostra paralela do Festival de Cannes, na França.

Em 2019, Othon Bastos, que foi o protagonista da versão de *Éramos Seis*, ao lado de Irene Ravache, em 1994, foi escalado para integrar o elenco do remake da novela, dessa vez na Rede Globo, para interpretar o icônico Padre Venâncio. Além de seu trabalho como ator, Othon Bastos também atuou como locutor em muitos documentários e programas de televisão.

E com essa trajetória brilhante na telinha, na telona e nos palcos Brasil afora e até em outros países, Othon Bastos é uma referência como ator e sua atuação, ao longo de sete décadas, merece ser, e sempre, vivamente, aplaudida. Nessa peça Não me entrego, não, o ator exibe todo o seu domínio cênico, deixando, em alguns momentos, a plateia emocionada, com sua belíssima interpretação, domínio pleno de palco e impostação de voz e ainda pelos gestuais utilizados.

Salve, Othon Bastos.

O teatro agradece a esse ator, exemplo da verdadeira arte de bem representar.

Vida longa.

Paulo Alonso, jornalista, é reitor da Universidade Santa Úrsula.

STF protege trabalhadores com decisão sobre FGTS

Por Hugo Schiavo

O julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a remuneração das contas vinculadas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) proporcionou uma boa oportunidade para entender o tema. Apesar das divergências, os ministros se aprofundaram em seus votos e, ao final, prevaleceu o voto médio originado pela divergência do Ministro Flávio Dino, que assegurou rendimentos mínimos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Contudo, foi negado o efeito retroativo; portanto, a decisão não gerará prejuízo para a União Federal.

O FGTS foi criado por lei em 1966, concebido por renomados políticos e economistas como Roberto Campos e Octávio Bulhões, visando aumentar a poupança interna em relação ao PIB, que no Brasil sempre foi baixa. A poupança interna representa a disponibilidade de capital para investimentos e a capacidade do Estado em contrair empréstimos com taxas melhores, elementos indispensáveis para o desenvolvimento do país. Na década de 60, grande parte da população sequer possuía conta bancária, muito menos poupança.

O FGTS representou uma poupança compulsória paga pelo empregador, mas os recursos pertencem ao trabalhador. Entretanto, há muito tempo, o Supremo, ao julgar os expurgos inflacionários de planos econômicos, já havia decidido que o FGTS, ao contrário da caderneta de poupança, não tem natureza contratual, mas sim estatutária; isto é, não é uma poupança de livre disposição do trabalhador. Além de ser um direito do trabalhador, o FGTS foi concebido para financiar, com juros menores, o direito à habitação e à infraestrutura urbana das classes de baixa renda.

A situação urbana atual das maiores cidades brasileiras permite afirmar que essa função social não foi bem-sucedida. A solução intermediária adotada no julgamento do STF, defendida pelo Governo Federal, garantiu a preservação do poder de compra dos recursos do FGTS dos trabalhadores diante da inflação, mas também manteve a função social dos recursos, gerando menor impacto do que a tese de remuneração das contas do FGTS pelos mesmos índices da caderneta de poupança, defendida pelo Ministro Barroso.

Como o FGTS também é destinado a subsidiar os juros menores dos financiamentos para pessoas de baixa renda, a remuneração das contas de fundo pela inflação diminuirá a disponibilidade de capital para investimentos em financiamentos de infraestrutura urbana. Todavia, os recursos do FGTS pertencem ao trabalhador e devem estar protegidos da inflação.

Hugo Luiz Schiavo é sócio do escritório AC Burlamaqui Consultores e diretor da Associação Carioca Advogados Trabalhistas (ACAT).

Monitor Mercantil

Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à

Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R$ 180,00
Plano anual: 12 x R$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impressas

NOVOS TEMPOS

Bayard Do Coutto Boiteux
professorbayardturismo@gmail.com

Peregrinação a Meca com mais de 50 graus

Com um custo de aproximadamente USD 5.650 por pessoa, os muçulmanos fazem sua peregrinação a Meca uma vez na vida. O Hajj, como se denomina a ida à Arábia Saudita, levou quase 2 milhões de pessoas em 2024. Nem todos conseguem se deslocar da maneira oficial, que é cara, e não têm acesso às salas climatizadas e distribuição de água. Quase mil peregrinos morreram este ano por causa das temperaturas altíssimas, dos quais 600 eram egípcios.

Antissemitismo na França

Mais um caso de antissemitismo acaba de ocorrer em Courbevoie, onde uma menina judia de 12 anos foi violada por 3 rapazes de 13 anos, sendo que um filmou o ocorrido. Atentados contra judeus têm crescido muito nos últimos meses.

Metrô parisiense exibe poema brasileiro

Falando na França, o escritor e professor na Sorbonne Leonardo Tonus, brasileiro, ganhou pela segunda vez o concurso Grande Prêmio da Poesia. Seu poema "O gesto" será exibido no metrô parisiense, podendo ser lido por mais de 4 milhões de leitores por dia.

Viva Marechal Hermes

Já conhecido como "Marechalwood", o bairro da Zona Norte do Rio é o mais procurado para gravar filmes, novelas e séries comerciais. Moradores estão alugando suas casas para produções.

Futebol dos blocos de Carnaval

No formato de futebol de salão, com um goleiro e quatro jogadores, vem aí o campeonato de futebol dos blocos de Carnaval do Rio, comandado por Mestre Penha. O lançamento do evento é no próximo 7 de julho.

Imigração italiana

O Museu da Imagem e do Som do Rio, na Lapa, inaugura no dia 24 uma exposição sobre o legado ítalo-brasileiro. A curadoria é de Eliane Vilela e Daiane Lopes.

Inverno

Parece brincadeira, o inverno começou com 30 graus… E apenas durante a madrugada estamos com uma média de 16 no Rio. Novos tempos!

Frase da semana

"Quero aprender a amar diariamente e me deliciar no prazer de viver sem fronteiras." – *Bayard Boiteux*

Lula: 'Quem perde é o Brasil'

Presidente lamenta manutenção da Selic em 10,5%

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva lamentou a decisão, tomada por unanimidade, pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, de manter a taxa Selic em 10,5% ao ano. A decisão de manter elevada os juros básicos da economia já era esperada pelos analistas financeiros.

Mas, um dia após BC interromper o ciclo de queda da taxa, o presidente disse que "foi uma pena que o Copom manteve, porque quem está perdendo com isso é o Brasil, o povo brasileiro. Quanto mais a gente pagar de juro, menos dinheiro a gente tem para investir aqui dentro".

Em entrevista à rádio Verdinha, de Fortaleza, onde cumpriu agenda nesta quinta-feira, Lula também criticou o pagamento, via orçamento, de despesas financeiras com juros da dívida pública e com renúncia de impostos. "Nós temos possibilidade de ter (este ano) um déficit de R$ 30 bilhões, R$ 40 bilhões. Aí eu fico olhando do outro lado da folha que me apresentam, só de juro, o ano passado, foram R$ 790 bilhões que a gente pagou. Só de desoneração foram R$ 536 bilhões que a gente deixou de receber. Por que não transforma em gasto a taxa de juros que nós pagamos?", questionou o presidente. Pelas regras vigentes, despesas financeiras com juros da dívida não sofrem contingenciamentos.

"Não vejo o mercado falar dos moradores de rua, dos catadores de papel, não vejo o mercado falar dos desempregados e das pessoas que precisam do Estado. Quem necessita do Estado é o povo trabalhador, a classe média, que é quem paga imposto nesse país", insistiu o presidente durante a entrevista.

Lula ainda criticou a autonomia do BC, que por lei assegura mandatos a seus diretores. "Eu fui presidente 8 anos. O presidente da República nunca se mete nas decisões do Copom e do Banco Central. O (Henrique) Meirelles (ex-presidente do BC) tinha autonomia comigo tanto quanto tem esse rapaz (Roberto Campos Neto) de hoje. Só que o Meirelles era um cara que eu tinha o poder de tirar, como o Fernando Henrique Cardoso tirou tantos, como outros presidentes tiraram tantos. Aí resolveram entender que era importante colocar alguém que tivesse um Banco Central independente, que tivesse autonomia. Ora, autonomia de quem? Autonomia para servir quem, para atender quem?".

Varejo brasileiro está mais otimista que o dos EUA

Os Estados Unidos enfrentam um declínio nas vendas no varejo, impulsionado por preocupações inflacionárias e incertezas econômicas, enquanto o setor no Brasil projeta um cenário mais otimista, com expectativas de aumento do consumo e melhoria nas condições de vida. Essa é uma conclusão do estudo "Cenários de Vendas no Varejo", feito pela KPMG. O documento compara o mercado de varejo do Brasil e dos Estados Unidos, citando dados e índices dos dois países.

"O Brasil, apesar de enfrentar períodos de volatilidade econômica, tem visto um aumento no otimismo do consumidor, que se reflete no maior entusiasmo dos potenciais investidores. Esse sentimento positivo é impulsionado por expectativas de melhoria nas condições econômicas e sociais, embora o mercado nacional também tenha enfrentado algumas dificuldades", diz Fernando Gambôa, sócio-líder de Consumo e Varejo da KPMG no Brasil e na América do Sul.

Em janeiro de 2024, as vendas no varejo norte-americano registraram um declínio de 0,8%, o maior em quase um ano, citou o estudo. O resultado foi ocasionado por quedas nas vendas de veículos automotores, postos de gasolina e lojas de materiais de construção. Por outro lado, as vendas no comércio varejista dos Estados Unidos tiveram um aumento de 0,6% em 2023, em relação a 2022, aproximadamente um terço (35%) do crescimento do varejo brasileiro, o qual atingiu 1,7% no mesmo período.

Outros indicadores importantes do setor analisados no estudo são a inflação e os juros dos dois países: nos Estados Unidos, a inflação medida pelo Personal Consumption Expenditures (PCE), que é um indicador importante, deve sair de 3,4% (projeção para o final de 2023) e chegar a 2,4% até o final de 2024. Já no Brasil, a projeção para o IPCA é de 3,89% para 2024. Esse percentual está abaixo do teto da meta oficial de inflação para 2023, que é de 4,75%, e dentro da meta para 2024, que é de 3,5%. Quanto à taxa básica de juros (Selic), que é definida pelo Banco Central, a projeção é de leve declínio, devendo chegar a 9% até o fim do ano. Em dezembro de 2022, a Selic estava em 13,75%; caiu durante o ano, fechou 2023 em 11,75% e, em janeiro de 2024, decresceu meio ponto percentual, chegando em 11,25%.

"Olhando para o futuro, é crucial monitorar de perto os desenvolvimentos nos Estados Unidos e no Brasil. Nos EUA, o desempenho do mercado de trabalho e as políticas de combate à inflação terão um impacto significativo nas tendências de consumo. No Brasil, as reformas econômicas serão fatores-chave a serem considerados", analisa Fernando Gambôa.

Impacto de tragédia nas demonstrações financeiras

As Superintendências de Normas Contábeis e de Auditoria (SNC) e de Relações com Empresas (SEP) da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) informaram, nesta quinta-feira, em ofício circular conjunto, que as companhias abertas que estejam expostas, direta ou indiretamente, a tragédia ocorrida no Rio Grande do Sul, devem, na medida do possível, refletir o fato em suas demonstrações financeiras. "O objetivo é orientar quanto a aspectos relevantes a serem observados na elaboração das demonstrações contábeis, em virtude da situação de calamidade pública reconhecida no Estado do Rio Grande do Sul", justificou em nota a CVM.

As áreas técnicas destacam a importância de as companhias abertas e seus auditores independentes considerarem cuidadosamente as consequências que o desastre no Rio Grande do Sul pode ocasionar nos negócios. "Será importante refletir nas demonstrações financeiras os principais impactos, riscos e incertezas advindos dessa análise, observadas as normas contábeis e de auditoria aplicáveis", destacou o ofício.

O ofício destaca alguns desses riscos e incertezas aos quais as companhias abertas estão expostas, como eventos relacionados a Recuperabilidade de Ativos, Mensuração do Valor Justo, Provisões e Contingências Ativas e Passivas, Reconhecimento de Receita e Provisões para Perda Esperada.

DECISÕES ECONÔMICAS

Sidnei Domingues Sérgio Braga

sergiocpb@gmail.com

Deputado Carlinhos BNH

Alerj proíbe venda de bebidas em garrafas no entorno dos estádios

Torcedores não poderão consumir bebidas em recipientes de vidro no entorno dos estádios de futebol do Estado do Rio de Janeiro. É o que determina o projeto de lei, assinado pelo deputado Carlinhos BNH (PP), aprovado pela Alerj esta semana. A proibição vale para cinco horas antes e cinco horas depois das partidas. Haverá multas para os infratores.

Tarifa diferenciada

A Comissão de Minas e Energia da Alerj se reúne nesta sexta-feira (21) para uma audiência pública que tratará sobre tarifas diferenciadas e incentivos fiscais para o gás natural comprimido (GNC). O presidente da Comissão, deputado estadual Thiago Rangel (PMB), disse que a reunião faz parte dos esforços para fazer com que o estado adote tarifas diferenciadas para o GNC.

Carinho no patriarca

Deputado Vítor Junior

O campista Marcos Vieira Bacellar, pai do atual presidente da Alerj, deputado Rodrigo Bacellar, poderá receber a Medalha Tiradentes, a maior honraria concedida pela Alerj. A indicação é do deputado Vitor Junior (PDT). Segundo ele, a homenagem é um reconhecimento pela trajetória de Marcos Bacellar na política do estado, com atuação principalmente no Noroeste Fluminense.

Mais segurança na Baixada

A partir da semana que vem, as cabines da Polícia Militar em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, serão ocupadas 24 horas, através do Programa Estadual de Integração na Segurança (Proeis), uma parceria da prefeitura local com o governo estadual. O reforço na segurança pública foi anunciado pelo deputado Carlinhos BNH (PP). Os índices de violência têm subido muito no município.

Incentivo

O Governo do Estado enviou à Alerj um projeto de lei que concede tratamento tributário especial às empresas ou consórcios estabelecidos no Estado do Rio de Janeiro responsáveis por projetos independentes de usinas de geração de energia elétrica a partir do gás natural. A justificativa é a retomada da economia, que tem aumentado a demanda de energia elétrica no Estado do Rio.

Estado do Rio registra 5,2 mil padarias e 45,3 mil empregos formais

O setor de Panificação brasileiro conta com 79,8 mil estabelecimentos formais, distribuídos em 4.400 municípios brasileiros. Isso significa que 79% das cidades brasileiras possuem empresas formalizadas cuja atividade principal é a fabricação de produtos de panificação ou o comércio varejista de produtos de padaria, laticínio, doces, balas e semelhantes. Em média, cada município brasileiro abriga 14 estabelecimentos do ramo de panificação. Os dados foram citados por Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira no Encontro Estadual do Setor de Panificação e Confeitaria, que aconteceu no Centro de Referência em Alimentos, Bebidas e Panificação Firjan Senai Tijuca e na Casa Firjan.

"A partir dos dados do estoque de trabalhadores de 2022 e da geração de emprego recente, estimamos que, em 2024, o segmento atingiu 545,2 mil trabalhadores formais no país, patamar histórico para o setor", afirma o gerente de Estudos Econômicos da Firjan, Jonathas Goulart, lembrando que, em 2023, esse número representava 479 mil trabalhadores. Na comparação com 2014, houve um crescimento de mais de 112 mil trabalhadores, equivalente a um aumento de 25,9% do contingente de trabalhadores.

"Esse avanço é mais de duas vezes o observado no mercado de trabalho formal como um todo no mesmo período (11,4%)", completa Goulart. O estudo traz informações sobre a empregabilidade no estado. O Rio de Janeiro registra 45,3 mil empregados formais no setor em 2024, respondendo por 8,3% do mercado de trabalho nacional de panificação, atrás apenas de São Paulo (29,2%) e Minas Gerais (14,3%).

No estado do Rio, são 5,2 mil estabelecimentos formais do ramo, o que se reflete diretamente no registro do número de trabalhadores do setor. As duas cidades com maior concentração de empresas no ramo de panificação são Itatiaia (12 estabelecimentos por cada 10 mil habitantes) e Armação dos Búzios (nove estabelecimentos por cada 10 mil habitantes). Para efeitos de comparação, na média nacional, o Brasil possui quatro estabelecimentos por cada 10 mil habitantes, o que coloca as cidades turísticas em destaque no ranking nacional.

A liderança de número de estabelecimentos segue sendo da capital (2.153 – em 2021, eram 1.857)), seguida pelos municípios de Duque de Caxias (251 – há três anos, 214), Campos dos Goytacazes (239 – em 2021, 217), Niterói (225 – anteriormente, 192) e Petrópolis (210), que aparece pela primeira vez no ranking.

A inovação também foi pauta do Encontro Estadual do Setor de Panificação e Confeitaria. É o que informou Luiz Césio Caetano, 1º vice-presidente da Firjan, em seu discurso de abertura do evento. "Este é um encontro de empresas e profissionais do mercado de panificação e confeitaria do estado do Rio de Janeiro onde são apresentadas atualidades, tendências e inovações para o setor, distribuídos em painéis que abordam desde técnicas de gestão a estratégias de marketing", destacou Caetano.

Henrique Seita, presidente do Sindicato das Indústrias de Alimentos e Bebidas da Baixada Fluminense (Simapan). "A importância da inovação se torna evidente ao manter o empresário pronto para construir suas propostas de valor para o futuro, melhorando o desempenho dos profissionais, que trabalham conforme os objetivos da empresa", destacou Seita.

"O Encontro foi uma ação para aumentar a métrica dos nossos empresários fluminenses porque percebemos que o modelo de negócios está melhorando e desafiando. O empresário precisa ir além da venda do pão. Ele precisa entender de gestão, de tributação, de precificação, de marketing, rotulagem. Há muitos desafios. É preciso fazer diferente", ressaltou Fernanda Hipólito, presidente do Rio+Pão e proprietária da padaria Flor da Tijuca, localizada na zona norte da capital.

Banana, laranja e mamão devem ter queda maior que 10% no atacado

Os preços praticados nos principais mercados atacadistas para banana, laranja e mamão tiveram queda superior a 10% no último mês. Para a banana, foi verificada uma redução na média ponderada de 24,27%. A maior diminuição das cotações foi registrada na Central de Abastecimento (Ceasa) de Rio Branco, com o preço da fruta em maio 42,35% mais em conta que em abril. Os dados estão no sexto Boletim do Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro (Prohort), divulgado nesta quinta-feira pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Essa variação negativa é influenciada pelo aumento da oferta nacional, principalmente da variedade nanica advinda do Vale do Ribeira (SP), norte mineiro e catarinense. A banana prata também apresentou queda das cotações devido à concorrência com a nanica. Além disso, as duas variedades tiveram suas demandas reduzidas devido à concorrência com a tangerina poncã, fruta da época que muitos consumidores escolhem em troca da banana. Em junho, há tendência de a variedade prata exercer influência para a manutenção dos preços em patamares mais baixos, uma vez que é esperado um aumento na produção a partir de junho.

Para o mamão, o aumento da oferta nas zonas produtoras capixabas e baianas para ambas as variedades, principalmente o papaya, influenciou na queda dos preços, em especial nos primeiros vinte dias de maio. Na média ponderada, a redução chegou a 15,81%. Ainda que a quantidade de produto ofertado no atacado caia em junho, a tendência é que não haja aumento nos preços devido tanto ao volume de frutas que circula nos mercados como às baixas temperaturas a partir do início do inverno, que desestimulam o consumo de mamão.

No caso da laranja, a Conab verificou preços 13,33% menores na média ponderada, mas este cenário não deve se repetir em junho. Já no final do mês de maio, os preços da fruta reverteram o comportamento de queda e esse cenário de incremento nas cotações deve continuar, já que os estoques de suco estão baixos e a safra deverá ser controlada para abastecer o mercado interno e externo, pois o volume armazenado tenderá a cair ou ficar estável por causa do balanço entre alta demanda e pouca matéria prima para fabricar o produto.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARARUAMA
AV. GETULIO VARGAS 59 CENTRO – ARARUAMA - RJ
Tel.: (22) 2665-9225

EDITAL DE 1º e 2º LEILÃO ELETRÔNICO/ONLINE E INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 05 DIAS, EXTRAÍDOS DOS AUTOS DA AÇÃO DE COBRANÇA, MOVIDA POR CONDOMINIO DOS ASTROS em face de JORGE NUNES DE SOUZA E KELE CELESTINO DOS SANTOS DE SOUZA - PROCESSO Nº 0005111-13.2014.8.19.0052, na forma abaixo: O(A) Doutor(a) **RODRIGO LEAL MANHAES DE SA** – Juiz(a) de Direito da Vara acima, FAZ SABER por esse Edital, a todos os interessados, e especialmente ao(s) devedor(es) supramencionado(s) - **JORGE NUNES DE SOUZA E KELE CELESTINO DOS SANTOS DE SOUZA** - que será realizado o público Leilão pelo Leiloeiro Público ALEXANDRO DA SILVA LACERDA, **NA MODALIDADE ELETRÔNICO/ONLINE:** O Leilão estará disponível no portal eletrônico do Leiloeiro, www.alexandroleiloeiro.com.br, na forma dos Art. 887 do CPC, do inciso II do Art. 884 do CPC, do art. 882 do CPC/2015 e do §único do Art. 11 da Resolução do CNJ nº 236 de 13/07/2016, com no mínimo 05 (cinco) dias de antecedência do **Primeiro Leilão, por valor igual ou superior a avaliação, que será encerrado no dia 28/06/2024 às 11:00h e, não havendo licitantes, se iniciará de imediato o Segundo Leilão, por valor igual ou superior a 1/3 da avaliação, que será encerrado no dia 18/07/2024 às 11:00h. DO BEM A SER LEILOADO**: BEM PENHORADO Fls. 137 / AVALIADO FLS. 149/153: CASA 40 NA AV. JAMES DE MENDONÇA CLARK, N° 800 – PONTINHA - ARARUAMA/RJ. (TERRENO 630m² / EDIFICADA 200,63m²). IMÓVEL MATRICULADO NO 2º RGI SOB O Nº 45615. (...) O qual avalio em sua totalidade em R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, foi expedido o presente, para cautelas de estilo, **ficando o(s) Executado(s)/Condôminos(s) (JORGE NUNES DE SOUZA E KELE CELESTINO DOS SANTOS DE SOUZA) intimado(s) da hasta pública se não for(em) encontrado(s) por intermédio deste Edital na forma do art. 889, 892 do NCPC, sendo que o EDITAL NA ÍNTEGRA SE ENCONTRA JUNTADO NOS AUTOS, PUBLICADO NO SITE DO SINDICATO DOS LEILOEIROS DO RIO DE JANEIRO E NO SITE DO LEILOEIRO. CUMPRA-SE.** Dado e passado, nesta Cidade em Rio de Janeiro, em 16 de abril de 2024. Eu, digitei___, e Eu, Chefe da Serventia, subscrevo___. (ass.) **RODRIGO LEAL MANHAES DE SA** – Juiz de Direito.

UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A.
COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 02.162.616/0001-94 / NIRE: 33300166190

Tendo em vista que as Demonstrações Financeiras da Uptick Participações S.A. referentes ao exercício 2023 foram espontaneamente reapresentadas na Comissão de Valores Mobiliários em 20 de junho de 2024, de modo a refletir os eventos subsequentes relativos à oferta pública de aquisição de ações da Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN, a Companhia faz publicar a nota explicativa acrescida: **"14. Eventos subsequentes. Oferta pública de aquisição de ações de COSERN**. Em 13 de março de 2024, o Conselho de Administração da COSERN aprovou o lançamento de oferta pública de aquisição de ações ordinárias ("ON") e de ações preferenciais Classe "A" ("PNA") e Classe "B" ("PNB"), para conversão de registro de emissor Categoria A para Categoria B da COSERN ("OPA de Conversão de Registro" ou "OPA") e foi apresentado o pedido de registro da OPA perante à CVM e à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), acompanhado de minuta do Edital da OPA ("Edital"). A OPA de Conversão de Registro foi destinada à aquisição de até a totalidade das ações em circulação de emissão da COSERN, que, naquela data, correspondiam a 11.575.837 ações, sendo 8.843.530 ONs, 1.488.125 PNAs e 1.244.182 PNBs, representativas de, aproximadamente, 6,89% do total de ações de emissão da COSERN ("Ações Objeto da OPA"), e foi lançada ao preço de R$ 13,73 por ON; R$ 15,10 por PNA e R$ 15,10 por PNB, a ser pago em moeda corrente nacional aos acionistas que aderirem à OPA de Conversão de Registro, nos três casos deduzido e ajustado (a) pelo valor de dividendos, juros sobre capital próprio e outros proventos eventualmente declarados pela COSERN a qualquer momento entre a data base do Laudo de Avaliação e a data do leilão da OPA e (b) por eventuais alterações no capital social da COSERN, como bonificações em ações, grupamentos ou desdobramentos de ações, realizadas até a data do leilão da OPA ("Preço por Ação"). Em 27 de março de 2024, a Administração da Uptick aprovou em Assembleia Geral Extraordinária o requerimento, pela Companhia, da convocação da Assembleia Especial, observado o disposto no art. 28 da RTCVM 85/22 com a finalidade de ser realizada nova avaliação. Em 04 de abril de 2024, o Conselho de Administração da COSERN aprovou a convocação de Assembleia Especial de Acionistas titulares de ações em circulação, nos termos do art. 4-A da Lei nº 6.404/76 e do art. 28 da Resolução CVM nº 85/22, para o dia 29 de abril de 2024, na qual foi aprovada a realização de nova avaliação para fins de determinação do valor das ações ON, PNA e PNB de emissão da COSERN ("Assembleia Especial" e "Novo Laudo"), no âmbito da OPA, bem como a contratação do avaliador indicado pela Uptick. Em 28 de maio de 2024, a COSERN divulgou fato relevante com o resultado do Novo Laudo, que apurou o valor justo das ações no âmbito da OPA superior ao inicialmente proposto, sendo R$15,33 por ação ON, R$16,86 por ação PNA e R$16,86 por PNB. Diante dos fatos descritos acima e da intenção da Administração da Companhia de efetivar a venda das ações de emissão da COSERN na OPA, o que considera como altamente aprovável, o saldo do investimento mantido junto a COSERN, bem como o ágio relacionado a aquisição das ações da investida foram reclassificados para o ativo não circulante mantido para venda, nos termos do "CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada" no primeiro trimestre de 2024."

SENDAS IMOB S.A.
CNPJ Nº 31.911.548/0001-17 / NIRE 33.3.0013264-3
CONVOCAÇÃO

Convidamos os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se em sua sede social, na Rua Maria Soares Sendas, nº 111, loja 525, Venda Velha, Cidade de São João de Meriti, Estado do Rio de Janeiro, CEP 25.581-325, no próximo dia 27 de junho de 2024, às 13 horas, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias: (a) aprovar o aumento de capital da Companhia mediante a capitalização da reserva para futuro aumento de capital aprovada na AGO realizada em 04/06/2024, com a consequente alteração do Artigo 5º do estatuto social da Companhia para refletir o aumento; (b) aprovar a alteração do Capítulo III do estatuto social que versa sobre a administração da Companhia; e (c) eleger o novo Diretor sem designação específica para a composição da administração da Companhia. São João de Meriti, 21 de junho de 2024. Arthur Antonio Sendas Filho – Diretor Presidente.

SENDAS INVEST S.A.
CNPJ Nº 48.766.773/0001-00 / NIRE 33.3.0034658-9
CONVOCAÇÃO

Convidamos os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se em sua sede social, na Rua Maria Soares Sendas, nº 111, loja 525, Venda Velha, Cidade de São João de Meriti, Estado do Rio de Janeiro, CEP 25.581-325, no próximo dia 27 de junho de 2024, às 12 horas, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias: (a) aprovar o aumento de capital da Companhia mediante a capitalização da reserva para futuro aumento de capital aprovada na AGO realizada em 10/06/2024, com a consequente alteração do Artigo 5º do estatuto social da Companhia para refletir o aumento; e (b) alterar o Capítulo III do estatuto social que versa sobre a administração da Companhia. São João de Meriti, 21 de junho de 2024. Arthur Antonio Sendas Filho – Diretor Presidente.

CL RJ 021 EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ Nº 46.444.283/0001-61 / NIRE 33.3. 0034392-0
CONVOCAÇÃO

Convidamos os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se em sua sede social, na Rua Maria Soares Sendas, nº 111, loja 525, Venda Velha, Cidade de São João de Meriti, Estado do Rio de Janeiro, CEP 25.581-325, no próximo dia 27 de junho de 2024, às 10 horas, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias: (a) aprovar o Protocolo e Justificativa de cisão total da Companhia ("Cindida") com incorporação das parcelas cindidas pela **SENDAS COMÉRCIO EXTERIOR E ARMAZÉNS GERAIS S.A.** (CNPJ Nº 02.452.569/0001-13) e pela **PLD DUTRA RJ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.** (CNPJ Nº 17.152.632/0001-73) ("Incorporadoras"); (b) ratificar a nomeação e a contratação da GSRA Consultoria Empresarial, empresa responsável pela elaboração dos Laudos de Avaliação da Cindida e das Incorporadoras; (c) aprovar o Laudo de Avaliação emitido pela GSRA Consultoria Empresarial; (d) aprovar a proposta de cisão total da Cindida com a incorporação das parcelas cindidas pelas Incorporadoras e consequente extinção da Companhia, sendo certo que a referida operação visa apenas otimizar a estrutura societária do Grupo Sendas e, portanto, preservará a integridade do patrimônio dentro do referido grupo e os direitos de todos os seus acionistas; (e) autorizar que a administração da Companhia pratique todos os atos necessários à efetivação e formalização da cisão total da Companhia com incorporação das parcelas cindidas pelas Incorporadoras. São João de Meriti, 21 de junho de 2024. Arthur Antonio Sendas Filho – Diretor Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O SINDICATO DOS EMPREGADOS NAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE CARGAS DE PETROPOLIS E VALE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, através de seu Presidente, no uso de suas prerrogativas estatutárias, convoca a todos os associados, quites com suas obrigações estatutárias, para a **ELEIÇÃO SINDICAL**, destinada à eleição dos membros da Diretoria, Conselho Fiscal e Delegados do Conselho de Representantes junto à Federação, membros efetivos e suplentes, considerado cada órgão diretivo, para o mandado 2024/2029, que será realizada no dia 16 de julho de 2024, em primeira convocação, ou nos dias 23 de julho de 2024 em segunda convocação, ou no dia 26 de julho de 2024, em terceira e última convocação. Em cada convocatória deverá ser observado o quorum estatutário pertinente para a sua validade e proclamação de chapa eleita. A coleta de votos se dará, no período das 9:00 às 16:00 horas, perante a mesa coletora de votos na sede do Sindicato, localizada na Rua doutor Agostinho Goulão, 32 loja 04 – Correias – Petrópolis - RJ e através de uma urna itinerante, que percorrerá as empresas.Observando que em caso de uma única chapa registrada, por medida de economia processual e conforme previsão estatutária a vitoria da chapa registrada se Dara por aclamação, não impedindo a abertura de prazo para a devida impugnação. O prazo de registro de chapas será de 05 (cinco) dias, contados da publicação do presente edital, que também cumpre o que exigido para o aviso resumido, cumprido assim a norma estatutária destinada à publicidade deste ato. O prazo de impugnação será de 05 (cinco) dias, contados da publicação da relação nominal das chapas registradas. O registro de chapas se procederá somente perante a Secretaria do Sindicato, no horário das 9:00 às 16:00 horas, de segunda à sexta-feira. Petrópolis, 21 de junho de 2024 – José Heleno de Souza - Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

SINDICATO DOS MOTORISTAS, AJUDANTES EMPREGADOS E AUTONOMOS DE CARGA DA REGIÃO DOS LAGOS – CNPJ: 00.368.582/0001-63, através de seu Presidente, no uso de suas prerrogativas estatutárias, convoca a todos os associados, quites com suas obrigações estatutárias, para a **ELEIÇÃO SINDICAL**, destinada à eleição dos membros da Diretoria, Conselho Fiscal e Delegados do Conselho de Representantes junto à Federação, membros efetivos e suplentes, considerado cada órgão diretivo, para o mandado 2024/2029, que será realizada no dia 22 de julho de 2024, em primeira convocação, ou nos dias 26 de julho de 2024 em segunda convocação, ou no dia 29 de julho de 2024, em terceira e última convocação. Em cada convocatória deverá ser observado o quorum estatutário pertinente para a sua validade e proclamação de chapa eleita. A coleta de votos se dará, no período das 9:00 às 16:00 horas, perante a mesa coletora de votos na sede do Sindicato, localizada na Avenida Joaquim Nogueira, 1005 – São Cristovaõ – Cabo Frio – RJ – CEP: 28909-490 e através de uma urna itinerante, que percorrerá as empresas.Observando que em caso de uma única chapa registrada, por medida de economia processual e conforme previsão estatutária a vitoria da chapa registrada se Dara por aclamação, não impedindo a abertura de prazo para a devida impugnação. O prazo de registro de chapas será de 05 (cinco) dias, contados da publicação do presente edital, que também cumpre o que exigido para o aviso resumido, cumprido assim a norma estatutária destinada à publicidade deste ato. O prazo de impugnação será de 05 (cinco) dias, contados da publicação da relação nominal das chapas registradas. O registro de chapas se procederá somente perante a Secretaria do Sindicato, no horário das 9:00 às 16:00 horas, de segunda à sexta-feira. Cabo Frio, 21 de junho de 2024 – Juliano Braga Vieira – Presidente em Exercício.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
DA SOCIEDADE COOPERATIVA PETROPOLITANA SANTA FÉ

O Diretor Presidente da SOCIEDADE COOPERATIVA PETROPOLITANA SANTA FÉ - COOPERATIVA DE CONSUMO, registrada na JUCERJA sob o NIRE nº. 33400055977 e inscrita no CNPJ sob o nº. 28.754.529/0001-10, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca todos os 23 Cooperados Associados para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada em nossa sede sito à Rua do Imperador, nº. 739, Sala 102, Vila Imperial, Petrópolis/RJ, CEP. 25.620-003, no dia 06 de julho de 2024, em primeira convocação às 09h30mim com a presença de 2/3 (dois terços) do número total de Cooperados Associados, em segunda às 10h30mim com metade mais 01 (um) do número total de Cooperados Associados e em terceira e última às 11h30mim Convocação com a presença mínima de 10 (dez) Cooperados Associados para deliberar sobre as seguintes ordens do dia: Assembleia Geral Extraordinária: 1. Entrada de Novos Cooperados; 2. Renúncia de Cargo na Diretoria; 3. Eleição/Substituição de Diretores. Petrópolis/RJ, 21 de junho de 2024.

DIRETOR PRESIDENTE
FERNANDO HENRIQUE FERREIRA DOS REIS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE DIFUSÃO CULTURAL E ARTÍSTICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, **CNPJ sob o nº 33.959.065/0001-18,** sediado na Rua Álvaro Alvim nº 48, sala nº 908, Cinelândia, Rio de Janeiro, CEP.: 20.031-010, vem, na pessoa de seu presidente, **CONVOCAR** o **CONSELHO DE REPRESENTANTES** para Assembleia Geral Extraordinária, em conformidade com o artigo 13, "a" e 18, parágrafo 2º do estatuto, que será realizada **de forma presencial no dia 05 do mês de julho de 2024**, em primeira convocação às 15h e, em segunda convocação às 15h15, para seguinte ordem do dia: 1) Alteração e atualização do artigo 1º do Estatuto conforme exigência do artigo 54 do Código Civil com o novo endereço da Federação; 2) destituição de cargo de Diretor-tesoureiro ou do Presidente conforme previsão estatutária do artigo 18, parágrafo 2º. Rio de Janeiro, 19 de junho de 2024. Jorge de Souza Bichara - Presidente-FTDECARJ.

'É preciso reduzir o peso da Previdência'

Por Jorge Priori

Conversamos sobre a atual situação fiscal do Brasil com o economista e consultor econômico Raul Velloso.

Qual a sua avaliação sobre a atual situação macroeconômica do Brasil?

É uma situação bastante complicada, pois apesar dos indicadores estarem razoavelmente bem, o PIB cresce muito pouco e ninguém sabe explicar o porquê. Tem algum mistério aí ou alguma coisa errada que ninguém está enxergando.

Qual a sua avaliação sobre a atual situação fiscal do Brasil?

A situação fiscal está bastante complicada. Se pegarmos o caso da União, em 1987, um ano antes da atual Constituição que começou a mudar tudo, o gasto previdenciário era de 19%. Em 2021, que é o último dado que eu tenho de todos os itens, passou para 52%. Ora, se eu tenho um item tão rígido e tão complicado de se administrar como a Previdência, que subiu como subiu nos últimos sei lá quantos anos, e que passou a ocupar um espaço gigantesco nos gastos do ente mais importante que é a União, nós temos um problema macroeconômico complicado para resolver, pois esse item é muito difícil de se arrumar, já que exige um trabalho que, em geral, os políticos tentam fugir dele.

É preciso reduzir o peso que a previdência tem hoje senão a situação econômica do país fica muito complicada. Se nós não resolvermos o problema do peso excessivo do gasto previdenciário, o país não vai investir, e se ele não investir, ele não vai crescer. A situação macroeconômica do Brasil é muito séria, pois nós estamos fadados a não ter um crescimento do PIB, em média, maior que 1% ao ano. Isso é um desastre, pois a demanda de empregos da população cresce a uma taxa maior que essa. Isso tem apenas uma só explicação: excesso de gasto previdenciário no setor público.

No passado, e há quem tema que isso possa voltar a acontecer, o problema econômico se chamava inflação. Este problema, pasme, já foi resolvido. Muitas pessoas pensavam que se nós resolvêssemos a inflação e suas mazelas, o país estaria salvo. Não está, pois o Brasil caiu numa armadilha de baixíssimo crescimento. Enquanto nós não resolvermos o problema de excesso de gasto previdenciário, nós não sairemos dessa armadilha.

Qual a sua avaliação sobre o gasto previdenciário do INSS e dos Regimes Próprios?

O gasto do INSS tem uma diferença fundamental, pois ele está dentro da União, que, ainda que ninguém fale isso, possui uma capacidade, eu não digo ilimitada, mas muito grande, de financiar déficits. Com a maior facilidade, o governo emite moeda para depois substituí-la por títulos da dívida pública, colocando esses papéis no mundo todo, que está inundado de poupança para financiar títulos de dívida que paguem muito e que não sejam de países caloteiros. Ao contrário da Argentina, que é um desastre, o Brasil não tem fama de caloteiro.

Só para dar um exemplo, os municípios que estão ligados tanto ao INSS quanto ao seu instituto de previdência própria, na hora em que têm qualquer dificuldade, a primeira coisa que fazem é suspender o pagamento. Hoje, muitos municípios estão dando um calote total na ordem de R$ 500 bilhões, sendo R$ 250 bilhões no INSS, R$ 50 bilhões nos Regimes Próprios e R$ 196 bilhões em precatórios. Eu não entendo como esse número não chega na mídia, pois eu já o coloquei nos meus artigos várias vezes.

Na hora em que aperta o cinto, os municípios que têm as suas previdências geridas pelo INSS param de pagar o INSS, da mesma forma que o setor privado e as empresas estatais. Isso porque o governo tem condições de colocar dinheiro no INSS no lugar de quem está devendo, para que depois o Banco Central emita títulos para enxugar a quantidade de moeda.

O que estou dizendo é que a Previdência tem uma dívida gigantesca e exigível, mas não em relação a certos segmentos. Como os municípios têm força política suficiente, eles reagiram e propuseram a desoneração através da diminuição da alíquota para 14%. Se você estender o raciocínio, isso pode acontecer com qualquer entidade que esteja ligada ao INSS e que bata na porta do seu representante político para conseguir suspender o pagamento

No que diz respeito ao Regime Próprio, a questão é mais complicada, mas não impossível de ser feita, tanto que eles fazem. Se um município tem Regime Próprio, o prefeito suspende o pagamento e vai no representante político para brigar por algum tipo de apoio financeiro da velha Viúva que consegue emitir moeda.

Por exemplo, o gasto previdenciário nos municípios cresceu, de 2011 a 2018, período mais recente que eu consegui levantar, a uma média real, ou seja, acima da inflação, de 12,5% ao ano. Você consegue imaginar o que é isso para um país cujo PIB cresce, em média, 1% ao ano? Se você descer para os outros conjuntos de entes públicos, as taxas também são bastante elevadas: União, 3,1%; INSS, 5,1%; e estados, 5,9%. Todos crescem muito acima do PIB.

É óbvio que à medida que o tempo passa, com esses itens crescendo do jeito que crescem, eles vão ocupando um espaço orçamentário e desalojando quem antes estava ali: os investimentos. Eu tenho os dados consolidados de todos os entes que mostram que de 2010 a 2022, os investimentos em infraestrutura caíram, em média, 5,4%.

Não é à toa, que os gastos previdenciários dispararam, o investimento em infraestrutura desabou, e o PIB fica ali roçando em 1%. Esse é o fenômeno que ninguém quer ver e nem atacar.

Qual a sua avaliação sobre a dívida pública brasileira?

O Brasil tem fama de bom pagador e de ter uma política macroeconômica mais ou menos. Se você comparar o Brasil com a Argentina, a diferença é muito grande, pois nós somos comportadinhos, não damos calote e temos reserva.

Quando o meu irmão, João Paulo dos Reis Velloso, era ministro, eu estou falando da década de 1970, eu lhe perguntei o motivo de ele jogar tanta ênfase na substituição de importações. Ele me dizia que o Brasil era um dos poucos países que podiam fazer isso porque tinha recursos naturais abundantes. Quando o meu irmão inventou a Embrapa, ele dizia que estava construindo um Brasil que ia aumentar as reservas em dólar numa velocidade muito grande lá na frente. Hoje, nós temos senhores estoques de reservas, tanto em dólar quanto em recursos naturais. Todo mundo sabe que o Brasil tem recursos naturais adoidado para serem retirados, vendidos e exportados. Como a tropa de fora sabe disso, eles jogam dinheiro aqui.

Outra coisa: a queda da inflação com o Plano Real é considerada, no mundo todo, algo espantoso. Quando eu inventei a DRU (Desvinculação de Receitas Orçamentárias), havia um desespero, pois o país estava para explodir. Eu estava numa situação parecida com a de hoje, pois estou vendo o problema da previdência quando quase ninguém vê. Na época, eu dizia que nós tínhamos que convencer o governo a criar uma solução que lhe permitisse dizer ao mercado financeiro que se ele precisasse redirecionar recursos públicos para pagar o serviço da dívida pública, ele teria como. Essa era a causa da inflação, pois o governo não tinha como redirecionar recursos do orçamento para pagar o serviço da dívida.

Um problema existe enquanto ninguém acredita que há uma solução. Foi assim que eu fui ao Fernando Henrique. Pena que eu não sei quantos anos ele ainda dura, pois ele é o único que conta essa história. Outros já contaram, mas de uma maneira muito discreta, pois ninguém quer encher a minha bola, pois piauiense de bola cheia não existe. Agora, estão tentando reinventar com o mesmo nome sem dizer que o autor fui eu.

O problema é que a minha causa não é mais o redirecionamento do orçamento, justamente o que eles querem. A minha causa é arrumar a Previdência. Hoje, a Previdência é responsável por 52% do gasto público. Na época do lançamento do Plano Real, ela não chegava a 20%. Quando for anunciado que estão criando um fundo que, se for necessário, vai redirecionar metade de um item, que tem um peso de 52% do gasto público, para fazer o serviço da dívida, vão perguntar como se vai tirar dinheiro da Previdência. Na hipótese de isso se materializar, os aposentados vão ficar sem receber.

Na época em que criei a DRU, cada componente tinha um peso relativamente pequeno. Nesse caso, era possível dizer que se ia tirar 20% de cada um para a DRU. Com isso, nós teríamos um bolo que permitiria manter a dívida sob controle.

Agora, nós temos que fazer o equacionamento previdenciário, no limite zerando o déficit financeiro anual, o que é complicado, e o passivo atuarial, ou seja, a soma dos déficits financeiros daqui para a frente. Quando o passivo atuarial for zerado, o país não terá mais dívida. Tchau. Só vai ter aquela dívida pública convencional que o governo rola, administra e que não tem grande exigibilidade.

Leia a entrevista completa em monitormercantil.com.br/e-preciso-reduzir-o-peso-da-previdencia

RIOPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 16.727.386/0001-78

Balanços Patrimoniais - Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	506.090	413.784	521.226	442.993
Aplicações financeiras - Bilhete Único	5	-	-	5.945	13.628
Contas a receber de clientes	6	3.428	2.761	3.553	2.931
Tributos a recuperar	7	1.936	6.519	4.388	7.799
Outras contas a receber		1.911	815	2.497	902
		513.365	423.879	537.609	468.253
Não circulante					
Tributos diferidos	22	1.245	3.275	12.805	12.398
Partes relacionadas	15	161.090	57.312	145.089	42.992
Depósitos judiciais		1.223	12.413	1.223	12.413
Outras contas a Receber		1.200	1.200	1.200	1.200
		164.758	74.200	160.317	69.003
Investimentos	8	25.302	28.392	67	-
Imobilizado	9	27.174	28.874	35.290	31.454
Intangível	10	924	1.364	6.390	2.121
		218.158	132.830	202.064	102.578
		731.523	556.709	739.673	570.831

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	11	7.596	5.917	9.607	6.312
Arrendamento mercantil		2.016	1.483	2.370	1.833
Contas a pagar - Bilhete Único	5	-	-	5.945	13.628
Obrigações fiscais e trabalhistas	12	5.371	4.784	9.211	7.963
Tributos a recolher	13	8.580	3.104	8.930	3.402
Cartões em Comodato	14	12.690	12.221	12.690	12.221
Sistema de bilhetagem eletrônica	1	379.342	444.488	379.342	444.488
Outras contas a pagar		3.190	6.316	3.195	6.319
		418.785	478.313	431.290	496.166
Não circulante					
Arrendamento mercantil		1.458	3.037	1.637	3.571
Provisões para contingências	16	579	790	1.196	1.364
Provisão para passivo a descoberto		-	-	-	-
Partes relacionadas	15	5.430	18.136	126	13.125
Sistema de bilhetagem eletrônica	1	770.179	902.446	770.179	902.446
Outras contas a pagar		1.200	1.200	1.200	1.200
		778.846	925.609	774.338	921.706
Patrimônio líquido	17				
Capital social		317.672	238.785	317.672	238.785
Prejuízo acumulado		(62.812)	(151.292)	(62.812)	(151.292)
Ajuste de avaliação patrimonial		(720.968)	(934.706)	(720.968)	(934.706)
		(466.108)	(847.213)	(466.108)	(847.213)
Participação dos não controladores		-	-	152	171
		(466.108)	(847.213)	(465.956)	(847.042)
		731.523	556.709	739.673	570.831

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados - Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

	Notas	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita operacional líquida	18	270.830	236.107	272.571	237.883
Custos dos serviços prestados	19	(149.882)	(132.044)	(140.027)	(113.641)
Lucro bruto		120.948	104.063	132.544	124.242
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	20	(47.931)	(40.316)	(63.232)	(54.502)
Provisões / reversão para contingências		211	163	168	73
Equivalência patrimonial	8	(3.091)	(11.722)	67	(13.857)
Outras receitas/despesas operacionais	23	2.310	(175.367)	(1.588)	(179.046)
		(48.500)	(227.242)	(64.586)	(247.332)
Resultado antes do resultado financeiro		72.448	(123.179)	67.958	(123.090)
Receita financeira		76.248	52.892	78.305	54.123
Despesa financeira		(14.902)	(13.340)	(14.925)	(13.380)
Resultado financeiro, líquido	21	61.346	39.552	63.380	40.743
Lucro líquido (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		133.793	(83.627)	131.338	(82.347)
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente		(43.283)	(29.185)	(43.283)	(30.314)
Diferido		(2.030)	(5.588)	406	(5.727)
		(45.313)	(34.773)	(42.877)	(36.041)
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		88.480	(118.400)	88.461	(118.388)
Atribuível aos acionistas controladores				88.480	(118.400)
Atribuível aos acionistas não controladores				19	(12)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Prejuízos acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total	Participação de não controladores	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2022		238.785	(32.892)	(934.706)	(728.813)	265	(728.548)
Prejuízo do exercicio		-	(118.400)	-	(118.400)	-	(118.400)
Participação dos não controladores		-	-	-	-	(94)	(94)
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	17	238.785	(151.292)	(934.706)	(847.213)	171	(847.042)
Aumento de capital		78.887	-	-	78.887	-	78.887
Ajustes de Avaliacao patrimonial (11638/07)	16	-	-	213.737	213.737	-	213.737
Lucro do exercicio		-	88.480	-	88.480	-	88.480
Participação dos não controladores		-	-	-	-	(19)	(19)
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	17	317.672	(62.812)	(720.969)	(466.108)	152	(465.956)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	88.480	(118.400)	88.461	(118.388)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício com recursos provenientes (utilizados) nas atividades operacionais				
Depreciação e amortização	5.052	2.574	7.323	3.776
Equivalência patrimonial	3.091	11.722	(67)	13.857
Tributos diferidos	2.030	5.588	(406)	5.727
Provisão para créditos incobráveis	(1.933)	921	(1.236)	1.011
Provisões para contingências	(211)	(163)	(168)	(73)
	96.509	(97.758)	93.907	(94.090)
Aumento (Redução) nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	1.265	(904)	(622)	116
Tributos a recuperar	4.583	(5.589)	3.411	(4.013)
Outras contas a receber	(1.096)	693	(359)	744
Partes relacionadas	(116.484)	114.032	(115.096)	113.062
Seguro garantia - VLT	-	232.815	-	232.815
Depósitos judiciais	11.190	(703)	11.190	(703)
Fornecedores	1.679	1.142	3.295	1.213
Obrigações sociais e trabalhistas	587	377	1.248	742
Tributos a recolher	5.476	504	5.528	470
Cartões em comodato	469	(4.535)	469	(4.535)
Bilhetagem Eletrônica - SBE	(197.413)	(34.366)	(197.413)	(34.366)
Outras obrigações a pagar	(3.126)	6.174	(3.124)	6.175
	(292.870)	309.640	(291.473)	311.720
Fluxo de caixa líquido nas atividades operacionais	(196.361)	211.882	(197.566)	217.630
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Investimento	(0)	(13.397)		11.333
Imobilizado	(2.733)	(4.771)	(8.893)	(5.987)
Intangível	(178)	(192)	(6.536)	(386)
Fluxo de caixa gerado (aplicado) nas atividades de investimento	(2.911)	(18.360)	(15.429)	4.960
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital - AFAC	78.887	-	78.887	-
Aj Avaliação Patrimonial	213.737	-	213.737	-
Arrendamento mercantil	(1.046)	2.015	(1.397)	1.647
Fluxo de caixa gerado nas atividades de financiamento	291.578	2.015	291.227	1.647
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	92.306	195.537	78.233	224.237
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	413.784	218.247	442.993	218.756
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	506.090	413.784	521.226	442.993
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	92.306	195.537	78.233	224.237

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Em 31 de Dezembro de 2023 2022 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

1 - Histórico e Contexto Operacional: A Riopar Participações S.A. (“Rio-Par” ou “Companhia”) é uma Companhia de capital fechado, constituída em 18 de julho de 2012, com sede na cidade do Rio de Janeiro, que tem por acionista majoritária a Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro. Tem por objeto social a participação em outras companhias, consórcios, ou outras entidades, como sócia, acionista ou cotista, majoritária ou minoritária, bem como a realização de investimentos em negócios ou empreendimentos, preferencialmente em atividades inerentes, ligadas ou de suporte e serviços de mobilidade urbana. Em novembro de 2022 a FETRANSPOR passou a ser denominada de Federação das Empresas de Mobilidade do Estado do Rio de Janeiro (“SEMOVE”). A Companhia, investe em tecnologias que apoiam o processamento de transações de mobilidade urbana, bem como em logística e comercialização de meios de captação e registro das transações utilizados no Estado do Rio de Janeiro para processar as informações do Sistema de Bilhetagem Eletrônica utilizado pelos diferentes modais de transporte, tais como trem, metrô, veículo leve sobre trilhos, Bus Rapid Transit (“BRT”), linhas de ônibus intermunicipais, vans e barcas. A Lei nº 5.628/2009, com vigência a partir de 1º de fevereiro de 2010, instituiu o Bilhete Único Intermunicipal – BUI – na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, estabelecendo o subsídio do Estado no transporte intermunicipal. Em 27 de janeiro de 2010, a RioCardTI, subsidiária da RioPar, celebrou o Termo de Convênio 01/2010 (“Convênio/2010”) com a Secretaria de Estado de Transportes (“Setram”), para operacionalização do Bilhete Único Intermunicipal – BUI – com intuito de propiciar o repasse dos subsídios provenientes do Fundo Estadual de Transportes às concessionárias e permissionárias de transporte público. O Convênio 01/2010 estabelece que a RioCardTI realize o processamento das informações de utilização do BUI e o repasse dos subsídios às transportadoras, de acordo com as regras estabelecidas pela Setram. Em 31 de janeiro de 2012, foi celebrado o Termo de Convênio 01/2012 ("Convênio/2012"), que posteriormente foi substituído pelo Termo de Convênio 01/2013 ("Convênio/2013") em 31 de janeiro de 2013, mantendo as mesmas características operacionais. De acordo com a cláusula terceira do Convênio/2013, sua vigência foi prorrogada através de três aditivos consecutivos, abrangendo o período de 01/10/2013 a 30/08/2015, sem quaisquer alterações nas condições operacionais estabelecidas. O quarto aditivo do Convênio/2013, em vigor a partir de 01/09/2015 a 30/04/2016, estabeleceu um prazo de 15 dias úteis para a RioCardTI responder a possíveis não conformidades no processamento de transações do BUI, caso sejam identificadas pela auditoria da Setram. O Termo de Convênio 01/2013 teve sua prorrogação, através do décimo sexto aditivo, de 30/04/2023 a 30/04/2024, mantendo as mesmas obrigações operacionais do quarto aditivo. Em 23 de dezembro de 2019, o município de Niterói, por intermédio de sua Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade, assinou o contrato nº 003/2019 com Riocard Tecnologia da Informação S.A “RiocardTI”, subsidiária da RioPar, que tem por finalidade a operacionalização do Bilhete Único Municipal do Município de Niterói “BUN”. Cabe à RiocardTI processar e repassar diariamente os valores dos subsídios que fazem parte do Fundo Municipal de Transportes às concessionárias. Atualmente, o valor do subsídio é de R$ 4,00 (quatro reais) por viagem, e o prazo de vigência do contrato nº 003/2019 é de 60 (sessenta) meses, a partir de 19/12/2019. Por outro lado, a Companhia administra todas as etapas de gestão dos serviços relacionados aos produtos dos cartões da marca RiocardMais, tais como comunicação, atendimento aos clientes via *Call center*, administração de canais de arrecadação, emissão, inicialização, personalização, distribuição de cartões, bem como atua em melhorias dos serviços relacionados aos cartões valorados ou não valorados utilizados no setor de transporte (ex.: carga e recarga de vale-transporte, loja virtual, BUI, entre outros), podendo, ainda, desenvolver outras atividades econômicas previstas. Em abril de 2022, a Riopar foi contratada pela Prefeitura de Maricá, localizada no estado do Rio de Janeiro, para gerenciar o Cartão Mumbuca como parte do Programa Mumbuca Transporte, que foi regulamentado pelo Decreto Municipal nº 689/21. As responsabilidades da Riopar incluem a operação assistida com suporte local, a prevenção de fraude, o treinamento para capacitar a equipe da prefeitura e a disponibilização de cartões com o layout estabelecido pela contratada. O sistema de gestão do Cartão Mumbuca Transportes contará com todas as funcionalidades necessárias para permitir que o município atenda às demandas dos usuários, incluindo solicitações de segunda via. Em 2022, seguindo as orientações do conselho da Semove, seu principal acionista, a Riopar decidiu desfazer seus investimentos na Concessionária VLT Carioca SA ("VLT") e na SPTA Holding em Transporte Aquaviário Ltda ("SPTA"). Essa decisão foi tomada como parte de uma estratégia de reestruturação da empresa, visando a maximização dos resultados e a alocação de recursos em atividades mais alinhadas com seu core business. Nesse sentido, a Riopar busca concentrar seus esforços em seus negócios principais e essenciais para seu crescimento sustentável. A Riopar Participações S.A. aumentou o capital da RCTI em R$ 41.216.000,00 (quarenta e um milhões e duzentos e dezesseis mil reais), como parte de sua estratégia de capacitar financeiramente a empresa controlada para participar de licitações de Sistemas de Bilhetagem. Neste processo, 60% do valor do aumento de capital foi integralizado, pelo sócio controlador. Este aporte de capital se mostrou necessário para a participação da RCTI em uma licitação da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. **Cisão Semove X RioPar**: Em dezembro de 2021, através de uma cisão parcial, os saldos remanescentes da bilhetagem eletrônica oriundos da Semove, atestados por um Laudo Técnico emitido por empresa especializada, foram transferidos para a Riopar, com um total de R$ 454.626 (quatrocentos cinquenta e quatro milhões e seiscentos e vinte e seis mil reais) de ativos, contra R$ 1.389.332 (hum bilhão, trezentos e oitenta e nove milhões, trezentos e trinta e dois mil reais) no passivo circulante (33%) e não circulante (67%), gerando um déficit de R$ 934.706 (novecentos e trinta e quatro milhões e setecentos e seis mil reais). O Plano apresentado pelo Diretor FN&GP, André Nolte, a atualização do plano para cobertura do passivo a descoberto existente na RioPar. O plano foi atualizado em função de mudanças no ambiente de negócios, fruto da entrada de um concorrente na cidade do Rio de Janeiro. Este plano tem por objetivo definir dentro de um período máximo de dez anos como endereçar o passivo a descoberto, passivo este decorrente da migração dos ativos e passivos, contabilizados originalmente na SEMOVE, referentes ao Sistema de Bilhetagem. O plano de Recuperação da RioPar, aprovado pelo Conselho de Administração, prevê a recomposição a partir dos resultados gerados na própria empresa, tendo sido desenvolvido a partir de premissas macroeconômicas, transporte de passageiros e premissas mercadológicas, projetando os resultados para os próximos 10 anos (2024 até 2033).

Evolução Saldo a Recuperar	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
Lucro Líquido	88,5	40,8	74,3	112,9	160,8	218,2	286,4	369,3	465,1	466,1	466,1
PL Riopar	(466,1)	(425,3)	(391,8)	(353,2)	(305,3)	(247,9)	(179,7)	(96,8)	(1,0)	0,00	0,00

Concessionária do VLT Carioca S.A.: A RioPar deu continuidade à sua estratégia de redução de ativos (investimentos) em outubro de 2022, vendeu sua participação no VLT, seguindo a decisão da AGRS (Assembleia Geral de Representantes de Sindicatos). ***SPTA Holding em Transporte Aquaviário Ltda.:*** Em outubro de 2020, a Semove (controladora da Companhia) decidiu implementar uma política de desinvestimento para suas controladas e coligadas durante a AGRS (Assembleia Geral de Representantes de Sindicatos). Em fevereiro de 2022 a Companhia seguindo essa estratégia vendeu sua participação de 10% na empresa Barcas. Em 2023 a companhia manteve os 50% referente as ações da SPTA Holding, assegurando que a mesma não terá ações financeiras, que possam impactar nos resultados futuros. ***BILHETAGEM:*** No ano de 2023, a Riopar conseguiu manter seu ritmo de recuperação financeira desde a pandemia, fruto de um conjunto de iniciativas adotadas para otimizar a gestão da empresa. A ampliação dos meios de pagamento, especialmente com o PIX, permitiu maior eficiência e rapidez no processo de recarga dos cartões RiocardMais, contribuindo para o aumento em 100% comparado ao ano de 2022 nos meios digitais de arrecadação. Além disso, a implementação de medidas de controle, como o uso do SAP e a celebração de parcerias estratégicas, garantiu a confiabilidade e a agilidade das transações financeiras. Nosso serviço de cartão de transporte público manteve variação positiva em suas transações, alcançando crescimento de 7% no número de operações realizadas, saltando de 1,79 bilhão para 1,92 bilhão. Além disso, a quantidade de recargas nos cartões também aumentou em 24%, atingindo a marca de 74,93 milhões, enquanto o número de usuários ativos cresceu 9%. Com uma movimentação de caixa de R$5.777 (cinco bilhões e setecentos e setenta e sete milhões de reais), conseguimos garantir a entrega de nossos serviços aos usuários do cartão RiocardMais e às empresas prestadoras de transporte público de maneira eficiente, transparente e ágil. Estamos comprometidos em continuar oferecendo um serviço de qualidade aos nossos clientes, contribuindo para o desenvolvimento de um transporte público mais acessível e eficiente para todos. **2 - Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras: 2.1. Declaração de conformidade para as demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração em 28 de junho de 2024. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles mensurados ao valor justo por meio do resultado. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.4. Uso de estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas. **2.5. Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem a Riopar Participações S.A. e a Riocard Tecnologia da Informação S.A. nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023.

Controladas	% de participação (Em 31/12/23)
Riocard Tecnologia da Informação S.A.	99,40
SPTA Holding em Transportes Aquaviários Ltda	50,00

As demonstrações financeiras são elaboradas utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos correspondentes às transações realizadas entre ambas as empresas, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de tais transações, são eliminados por completo. Controladas: São todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, está exposta, ou tem direito, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. Controladas em conjunto: A Companhia que tenha negócios em conjunto (*joint venture*), onde o controlador é especificamente um empreendedor em conjunto, deve contabilizar seu investimento utilizando o método de equivalência patrimonial, conforme determina CPC 19 - Negócios em conjunto. Descrição dos principais procedimentos de consolidação das controladas: Serão eliminados os saldos e transações entre as empresas, por meio dos seguintes principais procedimentos: · Eliminação das transações realizadas entre as empresas consolidadas, no que concerne a saldo das contas de ativos e passivos e resultados entre empresas consolidadas; · Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital, nas reservas e nos lucros acumulados das empresas consolidadas; · Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas, que representa a parcela do resultado do exercício e patrimônio líquido que não são detidos pela RioPar, logo deve ser apresentada separadamente da demonstração do resultado consolidada e dentro do patrimônio líquido; e · Os saldos das transações intercompanhias das controladas foram eliminados e as participações que cabem aos demais acionistas foram destacadas como partes relacionadas e terceiros no balanço patrimonial. **3 - Principais Práticas Contábeis: 3.1. Apuração do resultado e reconhecimento de receita:** Receitas e despesas são reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com o período de competência em que incorrem. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos positivos em contas bancárias e títulos e valores mobiliários de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras estão classificadas como ativos financeiros, mensuradas ao valor justo por meio do resultado. **3.3. Contas a receber de clientes:** Referem-se, principalmente, aos valores a receber pela prestação de serviços, faturados ou não, nas datas de encerramento das demonstrações financeiras. É constituída provisão para créditos incobráveis em montante considerado suficiente pela Administração, desde que a recuperação desses créditos seja considerada duvidosa. **3.4. Partes relacionadas e terceiros:** A Empresa reconhece como partes relacionadas as transações financeiras com as empresas ligadas e sócios, de forma direta ou indireta. **3.5. Investimentos:** Os investimentos em participação de controladas estão registrados e avaliados com base no método de equivalência patrimonial, sendo reconhecidos no resultado do exercício como receita ou despesa operacional. Os dividendos, quando recebidos desta participação, quando aplicável, são registrados com uma redução do valor dos investimentos. **3.6. Imobilizado:** O imobilizado está registrado ao custo histórico deduzido da depreciação acumulada, ajustados aos seus valores de recuperação, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, levando em consideração o tempo estimado de vida útil econômica dos bens, revisada anualmente, e ajustada de forma prospectiva, quando aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. **3.7. Intangível:** Os ativos intangíveis estão representados, substancialmente, por softwares. O intangível é mensurado no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzido da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. **3.8. Redução ao valor recuperável de ativos:** Define procedimentos visando assegurar que os ativos da Companhia não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. Caso existam evidências claras de que os ativos estejam avaliados por valor não recuperável no futuro, a Companhia deverá, imediatamente, reconhecer a desvalorização por meio da constituição da provisão para perdas. A avaliação é feita através do teste de “*impairment*”, que visa evidenciar e mensurar a perda de capacidade de recuperação do valor contábil dos ativos. **3.9. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:** O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são apurados conforme a legislação vigente, tendo alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% para o lucro tributável excedente de R$240 mil, para imposto de renda, e 9% sobre lucro tributável, para contribuição social sobre lucro líquido. Os ajustes ao resultado contábil decorrentes de despesas temporariamente não dedutíveis ou de receitas temporariamente não tributáveis geram ativos ou passivos fiscais diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. **3.10. Imposto de renda e contribuição social - diferido:** O ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL, calculado sobre os saldos de prejuízo fiscal e da base negativa de contribuição social sobre o lucro da Companhia, compensáveis nos termos da Lei nº 9.065/95, que limitou a compensação destes créditos fiscais à razão de 30% dos lucros tributáveis apurados em cada período-base de pagamento dos tributos. **3.11. Provisões para contingências:** A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Companhia registra provisões para contingências no passivo circulante e no não circulante, de acordo com a estimativa de prazo de liquidação. **3.12. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido nos balanços quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido nos balanços quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.13. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** *(a) Julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. (b) Estimativas e premissas:* As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas nas datas dos balanços, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro. *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:* Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda ou o seu valor em uso. *(c) Valor justo de instrumentos financeiros:* Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados nos balanços patrimoniais não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. **4 - Caixa e Equivalentes de Caixa**

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Caixa e bancos	8.529	37.685	8.554	37.690
Aplicações financeiras de liquidez imediata	497.561	376.099	512.672	405.303
	506.090	413.784	521.226	442.993

Além de numerário disponível em fundo fixo e contas-correntes bancárias, há aplicações em fundo de investimento financeiro relacionados a títulos públicos compromissados, contratados junto a entidades financeiras de primeira linha que possuem liquidez imediata, e remuneração próxima do CDI. Estes títulos têm alta liquidez e são prontamente conversíveis em um montante conferido de caixa, dentro do prazo de 90 dias, estando a um insignificante risco de mudança de valor. **5 - Aplicação Financeira - Convênio Bilhete Único**

	2023	2022
Banco Itaú e Bradesco – SBE (i)	663	5.251
Banco Itaú – BUN SBE (ii)	2.592	3.267
Banco Itaú – Mumbuca (iii)	2.689	5.110
	5.945	13.628

(i) Os recursos provenientes desse convênio, enquanto não forem utilizados para o repasse, são obrigatoriamente aplicados em entidades financeiras de primeira linha, com liquidez imediata, em operações de curto prazo lastreadas em títulos públicos - caso o repasse aconteça em até 30 dias - ou em caderneta de poupança, caso a expectativa de repasse seja superior a 30 dias. As despesas ou receitas financeiras decorrentes desse investimento não impactam o resultado financeiro da RiocardTI, uma vez que a Companhia opera como uma câmara de compensação, repassando os recursos recebidos para as concessionárias e permissionárias. As operações financeiras dos recursos recebidos são disponibilizadas no *site* eletrônico Bilhete Único *Backoffice* (“BUBKF”) e quinzenalmente é enviada prestação de contas à Setram. O convênio está sujeito à auditoria da Setram, Auditoria Geral do Estado e Tribunal de Contas do Estado. Em 31 de dezembro de 2023, foram registrados R$663 (R$5.251 em 2022) no ativo, em contrapartida do mesmo valor no passivo, circulante. (Vide nota 1). (ii) Os recursos provenientes desse convênio, enquanto não forem utilizados para o repasse, são obrigatoriamente aplicados em entidades financeiras de primeira linha, com liquidez imediata, em operações de curto prazo lastreadas em títulos públicos - caso o repasse aconteça em até 30 dias - ou em caderneta de poupança, caso a expectativa de repasse seja superior a 30 dias. As despesas ou receitas financeiras decorrentes desse investimento não impactam o resultado financeiro da RiocardTI, uma vez que a Companhia opera como uma câmara de compensação, repassando os recursos recebidos para as concessionárias e permissionárias. As operações financeiras dos recursos recebidos são disponibilizadas no *site* eletrônico Bilhete Único de Niterói *Backoffice* (“BUBKFN”) e quinzenalmente é enviada prestação de contas à Secretaria Municipal de Niterói. O contrato está sujeito à auditoria da Secretaria Municipal de Niterói. Em 31 de dezembro de 2023, foram registrados R$2.592 (R$3.267 em 2022) no ativo, em contrapartida do mesmo valor no passivo circulante. (Vide nota 1). (iii) Os recursos provenientes desse convênio, enquanto não forem utilizados para o repasse, são obrigatoriamente aplicados em entidades financeiras de primeira linha, com liquidez imediata, em operações de curto prazo lastreadas em títulos públicos. As despesas ou receitas financeiras decorrentes desse investimento não impactam o resultado financeiro da RiocardTI, uma vez que a Companhia opera como uma câmara de compensação, repassando os recursos recebidos para as concessionárias e permissionárias. As operações financeiras dos recursos recebidos são disponibilizadas no *site* eletrônico Bilhete Único de Maricá *Backoffice* (“PSGRAT”) e mensalmente é enviada prestação de contas à Secretaria Municipal de Maricá. O cálculo do subsídio é multiplicado pela quantidade apurada de transações, onde é considerado 100% da tarifa de morador e 60% da tarifa de sênior, especial e estudante. O contrato está sujeito à fiscalização da Secretaria Municipal de Maricá. Em 31 de dezembro de 2023 foram registrados R$2.689 (R$5.110 em 2022) no ativo em contrapartida do mesmo valor no passivo, circulante. (vide nota 1). **6 - Contas a Receber de Clientes**

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Contas a receber de clientes	6.834	8.100	7.288	9.297
(-) Provisão para créditos incobráveis	(3.406)	(5.339)	(3.735)	(6.365)
	3.428	2.761	3.553	2.931

RIOPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 16.727.386/0001-78

Em 31 de dezembro de 2023, foi constituída provisão para créditos incobráveis, uma vez que os créditos em aberto estavam vencidos em períodos superiores a 90 dias. Segue abaixo a composição do saldo de contas a receber, por faixa de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
A vencer				
De 1 a 89 dias	3.428	2.761	3.553	2.931
De 90 a 179 dias	10	890	10	973
A partir de 180 dias	3.396	4.449	3.725	5.392
	6.834	8.100	7.288	9.297

7 - Tributos a Recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
PIS/COFINS	-	-	-	83
IRPJ/CSLL	1.936	6.519	4.388	7.716
	1.936	6.519	4.388	7.799

Os saldos são representados por créditos tributários referentes à retenção na fonte de aplicações financeiras e por saldos credores na apuração dos impostos. Os mesmos estão sujeitos a revisão pelas autoridades fiscais durante os diferentes períodos prescricionais, prevista em legislação específica.

8 - Investimentos

		2023		2022	
Empresas:	%	Valor do Investimento	Resultado de Equivalência	Valor do Investimento	Resultado de Equivalência
RiocardTI (*)	99,4	25.235	(3.157)	28.392	2.135
VLT Carioca (**)	8,4	0	0	-	(10.947)
SPTA (**)	50	67	67	-	(2.910)
(a) Investimentos em controladas		**25.302**	**(3.091)**	**28.392**	**(8.812)**

(*) Empresa auditada no exercício de 2023, por nossos auditores. (**) Empresa auditada por outros auditores independentes.

9- Imobilizado: 9.1. Controladora

	Taxas médias anuais de depreciação	2021	Adição	Baixa	2022	Adição	Baixa	2023
Custo								
Móveis e utensílios	10% a 20%	713	44	-	757	63	(36)	784
Máquinas e equipamentos de informática	20%	30.221	336	(4)	30.553	539	(197)	30.894
Benfeitorias imóveis de terceiro	4%	1.902	87	-	1.990	61	-	2.050
Direito de uso – imóveis (i)		4.156	4.457	(988)	7.625	1.195	(859)	7.961
Imobilizações em andamento		745	839	-	1.584	1.968	-	3.552
		37.737	5.763	(992)	42.509	3.825	(1.092)	45.242
Depreciação acumulada								
Móveis e utensílios		(452)	(80)	-	(532)	(80)	34	(577)
Máquinas e equipamentos de informática		(8.361)	(1.075)	2	(9.434)	(3.104)	68	(12.471)
Direito de uso – imóveis (i)		(1.531)	(2.104)	988	(2.648)	(2.068)	825	(3.890)
Benfeitorias imóveis de terceiros		(915)	(106)	-	(1.021)	(109)	-	(1.129)
		(11.259)	(3.365)	990	(13.635)	(5.360)	927	(18.067)
		26.478	2.398	(2)	28.874	(1.535)	(165)	27.174

9.2. Consolidado

	Taxas médias anuais de depreciação	2021	Adição	Baixa	2022	Adição	Baixa	2023
Custo								
Móveis e utensílios	10%	825	95	-	920	66	(39)	948
Máquinas e equipamentos de informática	20%	30.251	336	(31)	30.556	539	(197)	30.837
Equipamentos de informática - arrendamento mercantil	33%	3.168	843	-	4.011	132	(59)	4.084
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	1.968	87	-	2.055	61	-	2.116
Direito de uso - imóveis		6.819	4.840	(988)	10.671	1.604	(859)	11.416
Imobilizações em andamento		884	839	-	1.723	8.053	-	9.776
		43.915	7.040	(1.019)	49.936	10.454	(1.154)	59.237
Depreciação acumulada								
Móveis e utensílios		(479)	(91)	-	(570)	(92)	37	(625)
Máquinas e equipamentos de informática		(8.369)	(1.099)	27	(9.441)	(3.454)	127	(12.768)
Equipamentos de informática - arrendamento mercantil		(2.799)	(263)	-	(3.062)	(2.073)	825	(4.310)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(933)	(254)	145	(1.042)	(109)	-	(1.151)
Direito de uso - imóveis		(2.711)	(2.500)	844	(4.367)	(725)	-	(5.092)
		(15.291)	(4.208)	1.017	(18.482)	(6.452)	989	(23.945)
		28.625	2.831	(2)	31.454	(4.001)	(165)	35.290

10 - Intangível: 10.1. Controladora

	Taxa anual de amortização	2021	Adição	Baixa	2022	Adição	Baixa	2023
Custo								
Sistemas e aplicativos	20%	10.111	192	-	10.303	186	(8)	10.481
		10.111	192	-	-	186	(8)	10.481
Amortização acumulada								
Sistemas e aplicativos		(8.740)	(199)	-	(8.939)	(624)	6	(9.557)
		(8.740)	(199)	-	(8.939)	(624)	6	(9.557)
		1.372	(7)	-	1.364	(438)	(3)	924

10.2. Consolidado

	Taxa anual de amortização	2021	Adição	Baixa	2022	Adição	Baixa	2023
Custo								
Sistemas e aplicativos	20%	18.222	431	-	18.653	6.136	(8)	24.781
		18.222	431	-	18.653	6.136	(8)	24.781
Amortização acumulada								
Sistemas e aplicativos		(15.765)	(767)	-	(16.532)	(1.864)	6	(18.391)
		(15.765)	(767)	-	(16.532)	(1.864)	6	(18.391)
		2.457	(336)	-	2.121	4.271	(3)	6.390

11 - Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Grupocard	432	421	432	421
Rede Tendência Ltda.	5	2	5	2
Evolution Smart	1.015	1.666	1.015	1.666
Ticket Serviços Ltda.	2	486	2	486
Perto S.A.	550	545	550	545
Liq Corp. S.A.	272	272	272	272
Maral Segurança e Vigilância Ltda.	309	309	309	309
Auttar Hut	-	62	-	62
Secretaria da Receita Federal	1.288	1.056	1.288	1.056
G&D Giesecke.	-	420	-	420
Planeta Informática.	-	-	12	12
Smart Safe	105	110	105	110
Telium Tecnologia da Inf. Ltda.	17	19	123	149
Brink's Segurança	154	187	154	187
Prosegur Brasil	68	21	68	21
IBM Brasil	-	-	20	21
Companhia Municipal - Mobi Rio	1.842	-	1.842	-
Orbital Atendimento Ltda.	688	-	688	-
Kyndryl Brasil Serviços Ltda.	-	-	493	-
V8 Consulting S.A.	-	-	475	-
Keeggo Technology Brasil S.A	-	-	372	-
Fornecedores Diversos	849	341	1.382	573
	7.596	5.917	9.607	6.312

12 - Obrigações Sociais e Trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
INSS	718	622	1.169	1.020
FGTS	251	218	445	384
IRRF	486	440	1.041	919
Pensão alimentícia	2	2	4	6
Empréstimos consignados	38	41	56	59
Contribuição sindical	3	2	3	3
Provisão para dissídio	-	-	-	-
Provisões para férias	3.873	3.459	6.493	5.572
	5.371	4.784	9.211	7.963

13 - Tributos a Recolher

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
ISS	1.549	1.292	1.830	1.556
PIS/Cofins	1.727	1.276	1.737	1.276
IRRF/CSLL	5.024	521	5.082	554
INSS - terceiros	17	15	18	16
Outros	263	-	263	-
	8.580	3.104	8.930	3.402

14 - Cartões em Comodato

	2023	2022
Cartões em Comodato	12.690	12.221

Até o mês de agosto de 2016, toda a operação dos cartões em comodato era realizada pela Federação das Empresas de Mobilidade do Estado do Rio de Janeiro – Semove. Posteriormente a essa data, a RioPar Participações S.A. assumiu a cobrança e contabilização dos cartões em comodato, por ter passado a adquirir em seu próprio nome os cartões eletrônicos para o mesmo fim. Através do Contrato de Comodato dos cartões, a Semove cedeu em comodato à RioPar S.A., por prazo indeterminado, o(s) "cartão(ões)" para ser(em) utilizado(s) no sistema de bilhetagem eletrônica instituído no estado do Rio de Janeiro, conforme previsto nos artigos 579 a 585 do Código Civil. A Administração da Companhia entende que os cartões adquiridos a partir de setembro de 2016 serão baixados a partir de setembro de 2021, após cinco anos de sua aquisição. Em 2023, foram baixados 721.972 (setecentos e vinte e um mil e novecentos e setenta e dois) cartões, os quais completaram cinco anos. **15 - Partes Relacionadas e Terceiros:**

Ativo

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Não circulante				
Sindicato das Empresas de Ônibus da Cidade do Rio de Janeiro - Rio Ônibus	1	1	1	1
Federação das Empresas de Mobilidade Estado do Rio de Janeiro – Semove	145.088	42.991	145.088	42.991
RioCard Tecnologia da Informação S.A.	16.001	14.320	-	-
	161.090	57.312	145.089	42.992

Passivo

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Não Circulante				
Federação das Empresas de Mobilidade Estado do Rio de Janeiro – Semove	91	13.091	122	13.121
RioCard Tecnologia da Informação S.A.	5.339	5.045	-	-
HLQ Processamento de Dados Ltda. ("HLQ")	-	-	4	4
	5.430	18.136	126	13.125

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Não Circulante				
Federação das Empresas de Mobilidade Estado do Rio de Janeiro – Semove	91	13.091	122	13.121
RioCard Tecnologia da Informação S.A.	5.339	5.045	-	-
HLQ Processamento de Dados Ltda. ("HLQ")	-	-	4	4
	18.136	17.594	13.125	13.046

Resultado

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas				
Federação das Empresas de Mobilidade Estado do Rio de Janeiro – Semove	2	5	2	5
Sindicato das Empresas de Ônibus da Cidade do Rio de Janeiro – Rio Ônibus.	17	11	17	11
Rioterp Rio Terminais S.A.	5	15	5	15
Barcas S.A.	1.284	-	1.284	-
RioCard Tecnologia da Informação S.A.	9	21	-	-
	1.317	52	1.308	31

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Custo				
RioCard Tecnologia da Informação S.A.	(65.669)	(61.422)	-	-
	(65.669)	(61.422)	-	-

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Despesas Administrativa e Gerais				
Federação das Empresas de Mobilidade Estado do Rio de Janeiro – Semove	-	(3)	(30)	(33)
RioCard Tecnologia da Informação S.A.	-	-	-	-
	-	(3)	(30)	(33)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Resultado Financeiro				
RioCard Tecnologia da Informação S.A (a)	1.844	1.556	-	-
Federação das Empresas de Mobilidade Estado do Rio de Janeiro – Semove) (b)	13.576	2.946	13.576	2.946
	15.420	4.502	13.576	2.946

(a) Contrato de mútuo com a RioCard Tecnologia da Informação S.A., remunerado a 1,3% a.m. em média, com vencimento em parcela única, podendo ser prorrogado. (b) Contrato de mútuo com a Federação das Empresas de Mobilidade do Estado do Rio de Janeiro – Semove, remunerados a 1,1% a.m. em média, podendo ser prorrogado. **16 - Provisões para Contingências:** Os passivos contingentes da Companhia resultam de litígios ou autos de infração das autoridades fiscais e são mensurados pela Administração com apoio de assessores jurídicos da Companhia. A movimentação dos saldos de contingências prováveis está demonstrada a seguir:

Controladora

Natureza	2023	2022
Cíveis	239	464
Trabalhistas	340	326
	579	790

Consolidado

Natureza	2021	Adições	Reversões	2022	Adições	Reversões	2023
Trabalhistas	585	5.398	(5.626)	358	4.936	(4.824)	470
Cíveis	852	12.094	(11.940)	1.006	10.318	(10.598)	727
	1.437	17.492	(17.566)	1.364	15.254	(15.422)	1.196

A Companhia possui, também, processo de natureza tributária, cível e trabalhista envolvendo risco de perda "possível", de acordo com a Administração e seus assessores jurídicos, e para os quais não há necessidade de provisão, somente a divulgação. Os saldos de contingências possíveis estão demonstrados a seguir:

	2023	2022
Trabalhistas	1.105	697

Bilhetagem: A Companhia em julho de 2023, com a aprovação do Conselho de Administração, baixou R$ 214.592 (duzentos e quatorze milhões quinhentos e noventa e dois mil reais), da conta de Bilhetagem eletrônica tendo como contrapartida a conta do Patrimônio Líquido, referente aos saldos existentes e não utilizados dos cartões antigos. Ressaltamos que, caso esses saldos sejam utilizados posteriormente, a Riopar assumirá o compromisso de ressarcir o usuário, garantindo que não haja qualquer prejuízo para os clientes. Essa medida visa manter a transparência e a fidedignidade das informações financeiras da Companhia. Com essa ação, a empresa busca adequar suas demonstrações financeiras à realidade das operações e assegurar a devida contabilização dos saldos não utilizados pelos usuários, promovendo uma gestão responsável e ética de seus recursos. **17 - Patrimônio Líquido:** a) Capital social: O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$317.672 (R$317.672 em 2023) e está representado por 317.671.988 (trezentos e dezessete milhões e seiscentos e setenta e um mil e novecentos e oitenta e oito) ações ordinárias nominativas sem valor nominal, de titularidade de pessoas jurídicas residentes e domiciliadas no País.

	2023		2022	
	Ações	%	Ações	%
Acionistas				
Federação das Empresas de Mobilidade Estado do Rio de Janeiro – Semove	317.671.988	99,99999%	238.784.988	99,99999%
Sindicato das Empresas de Ônibus da Cidade do Rio de Janeiro – Rio Ônibus	3	0,000001%	3	0,000001%
	317.671.991	100%	238.784.991	100%

b) Reserva legal: Foi constituída à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido da reserva de capital. c) Reserva estatutária: Foi constituída à base de 1% do lucro líquido do exercício, conforme estatuto. d) Reserva de retenção de lucros: A Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da Administração, deliberar para reter parcela do lucro líquido do exercício. **18 - Receita Operacional, Líquida**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita de prestação de serviço				
Receita SBE	204.178	222.274	204.178	222.274
Receita de outros serviços(i)	115.739	56.815	117.747	58.873
	319.917	279.089	321.924	281.147
(-) Deduções da receita				
Cofins	(24.000)	(20.924)	(24.057)	(20.983)
PIS	(5.212)	(4.544)	(5.224)	(4.556)
ISS	(15.789)	(13.768)	(15.884)	(13.865)
Cancelamento	(4.084)	(3.747)	(4.185)	(3.860)
Descontos	(4)	-	(4)	-
	(49.087)	(42.983)	(49.353)	(43.264)
Receita operacional, líquida	270.830	236.107	272.571	237.883

(i) São receitas de serviços prestados, principalmente aquelas relativas à manutenção periódica de sistemas próprios para melhor comunicação com o SBE, receitas referentes à solicitação dos usuários para segunda via do cartão *RioCard*, receitas referentes à segunda via de cartões de gratuidade e receitas referentes à utilização *online* dos serviços de vale-transporte.

19 - Custo dos Serviços Prestados

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Custos e despesas por natureza				
Salários, encargos sociais e benefícios	(30.448)	(26.919)	(55.414)	(45.761)
Serviços prestados	(114.809)	(102.829)	(78.551)	(64.887)
Material de uso e consumo	(176)	(129)	(176)	(129)
Depreciação e amortização	(4.449)	(2.167)	(5.885)	(2.864)
	(149.882)	(132.044)	(140.027)	(113.641)

20 - Despesas Gerais e Administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Salários, encargos sociais e benefícios	(22.262)	(19.010)	(27.699)	(22.646)
Serviços prestados	(11.828)	(7.400)	(19.048)	(13.703)
Auditoria e consultoria	(3.635)	(5.457)	(2.739)	(6.254)
Depreciação e amortização	(603)	(407)	(1.437)	(1.094)
Despesas legais	(369)	(318)	(548)	(578)
Aluguéis e condomínios	(1.163)	(889)	(1.369)	(1.095)
Material de expediente e encadernação	(445)	(354)	(445)	(361)
Telefone e comunicação	(171)	(166)	(183)	(235)
Despesas tributárias	(3.638)	(3.519)	(3.817)	(3.779)
Provisão	(737)	(437)	(1.316)	45
Viagens	(197)	(87)	(237)	(109)
Outras despesas	(4.357)	(2.272)	(7.025)	(4.693)
	(47.931)	(40.316)	(63.232)	(54.502)

21 - Resultado Financeiro, Líquido

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas financeiras				
Rendimento mútuos	15.420	4.502	13.576	2.946
Rendimentos aplicações financeiras	47.764	41.588	50.911	43.950
Juros ativos	2.544	6.802	3.265	7.227
Outras Receitas financeiras	10.520	-	10.553	-
	76.248	52.892	78.305	54.123
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	(5.710)	(4.910)	(5.733)	(4.950)
Juros, comissões e despesas financeiras	(9.192)	(8.430)	(9.192)	(8.430)
	(14.902)	(13.340)	(14.925)	(13.380)
Resultado financeiro, líquido	61.346	39.552	63.380	40.743

22 - Tributos diferidos: Os impostos diferidos ativos são decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias. Foram constituídos levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade aprovado pela Administração. A RioPar fundamentou na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico e reconhece, quando aplicável, créditos tributários sobre diferenças temporárias e sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido e as projeções são revisadas anualmente. Quando existem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções, as mesmas são revisadas em períodos menores pelas controladas.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Provisão (reversão) de fornecedores	(1.769)	1.357	(1.769)	1.513
Provisão (reversão) para contingências	579	790	5.002	1.364
Provisão (reversão) arrendamento mercantil	1.457	3.037	2.156	3.736
Provisão (reversão) créditos incobráveis	3.396	4.449	5.318	7.018
Provisão dissídio	-	-	-	1.964
Provisão (reversão) sobre prejuízo de investimentos	-	-	0	-
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas	-	-	26.954	20.871
Base cálculo	3.663	9.633	37.660	36.466
Impostos diferidos ativo de IRPJ e CSSL	1.245	3.275	12.805	12.398

A controlada RioCardTI constituiu IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias, pois a Administração entende que as projeções de resultado tributável, dessa Companhia apresentam base para realização dos respectivos impostos diferidos. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, as controladas estimam recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados:

	Consolidado	
	2023	2022
2024	11.298	4.689
2025	9.415	3.857
2026	7.532	3.835
2027	5.649	2.665
2028	3.766	2.665
Ativos fiscais diferidos	37.660	18.756

23 - Outras Receitas/Despesas Operacionais: Em fevereiro de 2022, a coligada SPTA vendeu sua participação em Barcas para a CCR (Companhia de Participações em Concessões S.A.) por meio do Contrato de Compra e Venda de Ações e outras avenças. Essa transação incluiu não apenas a participação acionária, mas também os direitos creditórios juto a Riopar (mútuos). Em continuidade a estratégia de redução do investimento em VLT. Em outubro de 2022, seguindo a decisão da AGRS (Assembleia Geral de Representantes de Sindicado). Como parte desse processo, vendeu sua participação nas ações no VLT para a CIIS (Companhia de Investimento em Infraestrutura e Serviços) e transferiu os direitos creditórios (Mútuos) para a CCR S.A., de forma irrevogável e irretratável. **24 - Seguros:** A Administração da Companhia considera que todos os ativos e responsabilidades de valores e riscos não necessitam de coberturas de seguros. **25 - Instrumentos Financeiros: 25.1. Gestão de risco financeiro:** A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e define quais são os limites apropriados e aceitáveis, considerando as suas operações e objetivos. A administração desses instrumentos patrimoniais é efetuada por meio de estratégias operacionais visando à liquidez, rentabilidade e segurança. Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que reduz seus riscos. A política de controle consiste no acompanhamento periódico das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os valores estimados de realização de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir indicam, necessariamente, os montantes que poderão vir a ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. Aplicações de renda fixa em CDB estão sendo apresentados pelo valor justo por meio do resultado. Para os demais ativos e passivos financeiros, dadas as características e os prazos de vencimento dos mesmos, a Administração acredita que os valores justos não diferem de forma relevante dos saldos contábeis. A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: · Risco de crédito; · Risco de liquidez; e · Risco de mercado. A Companhia está exposta a riscos de mercado e os instrumentos financeiros foram marcados a mercado em 31 de dezembro de 2023 E 2022, devidamente registrados em contas patrimoniais. As premissas de avaliação do seu valor podem ser sumarizadas, conforme seguem: *Risco de crédito:* Risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas financeiras em função da inadimplência de suas contrapartes, ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Historicamente, a Companhia não tem sofrido perdas relevantes decorrentes da falta de cumprimento de obrigações financeiras por parte dos projetos que realiza. *Risco de liquidez:* Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista, ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação. *Risco de mercado: Risco de mercado* é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros das aplicações financeiras ou arrendamentos obtidos pela Companhia, uma vez que os ganhos ou perdas realizadas em função do seu portfólio de investimento ou decorrente de seus investimentos ou participações em instrumentos financeiros podem oscilar em função dos juros contratados. A Companhia administra os riscos de mercado através de aplicações financeiras em títulos de baixo risco de mercado e com baixa alavancagem financeira, sempre em instituições financeiras com excelentes qualificações de mercado. O arrendamento financeiro de ativos tem sido contraído junto a instituições de primeira linha, e o risco de deslocamento das estruturas de juros associáveis aos fluxos de pagamentos de principal e juros de dívida é baixo. *Gestão de capital:* O objetivo principal da gestão de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Administração pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possui contratos de derivativo em aberto. **26 - Notícias Vinculadas - Operação Ponto Final:** A Semove, acionista majoritária da Companhia, é objeto de notícias veiculadas em meios de comunicação, no tocante às investigações em andamento relativas à operação denominada "Ponto Final", desdobramento da operação "Lava Jato". Todavia, estes atos não tiveram influência na Administração, não afetando os resultados apresentados. **27 - Programa de Integridade:** Em janeiro de 2019, houve a adesão ao Programa de Integridade e, previsto na Lei Federal nº 12.846/13 e Lei Estadual nº 7.753/17, sem quaisquer restrições, expressando, desta maneira, o seu comprometimento na implementação institucional das linhas fundamentais de um efetivo programa de integridade, abrangendo a Federação das Empresas de Mobilidade do Estado do Rio de Janeiro ("Semove") e suas controladas RioPar e RioCard TI. O PIC da Semove e suas controladas baseia-se em 12 pilares, conforme publicado no website da RioPar, no link: https://www.riopar.com.br/integridade-e-conformidade. Dentre as ações realizadas de janeiro de 2019 até dezembro de 2023, destacamos: 1) Obtenção do suporte da alta administração na implementação do PIC, bem como na disseminação do conteúdo da Lei Anticorrupção (Lei nº12.846/13) e da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n°13.709/18); 2) Estruturação da Gerência de Controles Internos e do Comitê de Integridade e Conformidade ("CIC"), com o intuito de apoiar o órgão diretivo na concepção, desenvolvimento e monitoramento do PIC, desde 2019; 3) Promoção de campanhas de comunicação de ações vinculadas ao PIC na intranet corporativa e websites da Semove e suas controladas; 4) Revisão dos valores organizacionais e lançamento/atualização dos seguintes instrumentos normativos corporativos: Código de Conduta, Política de Segurança da Informação, Política de Sanções e Medidas Disciplinares, Norma de Home Office; 5) Realização de treinamentos internos e externos em relação ao conteúdo da Lei Anticorrupção, Política de Segurança da Informação, Código de Conduta, Lei Geral de Proteção de Dados ("LGPD"), treinamentos mensais de Segurança da Informação e de Compliance; 6) Contratação de Sistema de Governança Corporativa, utilizado para coleta de assinaturas eletrônicas das atas do PIC; 7) Mapeamento e revisão dos processos, diagnóstico de riscos e controles, segregados na frente geral (PIC Geral) e digital (PIC Digital) e conclusão da contratação de sistema GRC; 8) Elaboração/revisão dos instrumentos normativos corporativos; 9) Conclusão do processo de Reestruturação do canal de denúncia e diálogo Voz Ativa, operado por empresa terceira independente, gerido pela Gerência de Controles Internos e Riscos, com o suporte do CIC; 10) Planejamento e realização dos procedimentos de diligências periódicas de pessoas físicas e jurídicas (Background Check e Due Diligence); 11) Condução de investigações internas pela Gerência de Auditoria Interna; 12) Avanço das ações decorrentes do Programa de Governança em Proteção de Dados e Privacidade e do Plano Estratégico de Segurança da Informação que impactam o PIC. **28 - Programa de Governança em Proteção de Dados Pessoais e Privacidade:** Em novembro de 2020 foi instituída a área de privacidade e proteção de dados, com o objetivo de adequar os processos da Companhia a nova Lei de Dados (LGPD). Colocando em prática a ação de adequação, a Companhia procedeu com a contratação do DPO (Data Protection Officer) e equipe especializada para implementação de todas as medidas de governança de dados exigidas pela Lei Geral de Proteção de Dados (13.709/18). Também foi objeto de contratação ferramentas de gestão de dados, capazes de

RIOPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 16.727.386/0001-78

concentrar as melhores práticas de governança e treinamentos obrigatórios recorrentes a todos os colaboradores e gestores acerca da proteção de dados pessoais e privacidade. Elaboração e aprovação de documentos institucionais de Governança contendo responsabilidades e políticas aprovadas, como por exemplo: - Política de privacidade interna; - Política de Segurança da informação; - Plano de Gerenciamento de crise e incidentes de Segurança e outras; - Fluxos definidos e aprovados para receber e responder a todos os pedidos dos titulares; - Análise de riscos internos e de terceiros (fornecedores), inventários de dados elaborados e revisados constantemente, constante revisão e atualização das políticas de privacidade e cookies dos sites e ferramentas de avaliação de risco disponibilizadas para a equipe de projetos atender ao princípio do *privacy by desing*, auditoria das ações realizadas e outros. **29 - Eventos Subsequentes:** A Companhia avaliou os acontecimentos entre a data base das presentes demonstrações contábeis e a data de divulgação das mesmas e não encontrou eventos subsequentes a serem divulgados nas linhas gerais das normas contábeis pertinentes ao assunto.

Julio Cesar Magalhães Cunha - Contador - CRC RJ 099006/O-0

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da: Riopar Participações S.A., **Rio de Janeiro - RJ. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Riopar Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de Dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Riopar Participações S.A. em 31 de Dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Operação Ponto Final:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 26, a Semove (entidade controladora da Companhia), anteriormente denominada Fetranspor, tem sido mencionada nas investigações no âmbito da operação denominada "Ponto Final", desdobramento da operação "Lava Jato". A Fetranspor promoveu alterações em sua gestão na sequência da referida operação, tendo sido eleito um Conselho de Gestão, nomeado um novo Presidente Executivo e posto em funcionamento um programa de integridade que se estende para as sociedades controladas. As demonstrações financeiras da Companhia não incluem quaisquer efeitos que futura e eventualmente possam advir das investigações da referida operação Ponto Final, e nossa opinião não está modificada em relação a este tema. **Outros assuntos: Demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados, cujo relatório emitido em 14 de julho de 2023, contendo assunto similar ao parágrafo acima. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessário para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: · Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. · Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. · Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. · Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. · Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 28 de junho de 2024

Lopes, Machado — Auditors, Consultants & Business Advisers | Independent Member of BKR International

CRC-RJ-2026/O-5

Mário Vieira Lopes — Contador - CRC-RJ-060.611/O-0

José Carlos de Almeida Martins — Contador - CRC - RJ-036.737-0

Percentual de brasileiros que fazem planejamento financeiro aumenta 14%

Objetivos são organizar finanças, gerenciar o mês e aposentadoria

Por Gilmara Santos, especial para o Monitor

Os brasileiros estão cada vez mais preocupados com o planejamento financeiro. Pesquisa da Planejar (Associação Brasileira do Planejamento Financeiro) aponta que para 82,3% o percentual dos brasileiros que fizeram algum tipo de organização nas finanças no ano passado, contra 72% que diziam o mesmo em 2022, uma alta de 14%.

De acordo com Osvaldo Cervi, vice-presidente do conselho de administração da Planejar, o resultado aponta que houve uma melhora significativa no aculturamento da importância do planejamento financeiro, mas ainda há um longo caminho a perseguir, principalmente, sobre a conscientização da importância de um método visando objetivos mais de longo prazo.

"Contudo, estamos no caminho certo, é natural as pessoas começarem por aquela 'dor' maior no curto prazo, aquela dificuldade do momento e, num segundo passo, irem para planejamento mais longos", afirma Cervi.

A pesquisa mostra que para 35,1% o objetivo é de organizar as finanças, enquanto 16,9% disseram que pretendem gerenciar as despesas do mês, e 16,5% estão preocupados com a aposentadoria.

Dados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), realizada pela CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo), Serasa e SPC, mostram que 29% das pessoas no país estão em situação de inadimplência e aproximadamente 60% chegam à terceira idade sem reserva financeira alguma.

Tudo na planilha

"Nesse contexto, enxergamos que é fundamental o desenvolvimento de iniciativas que promovam a conscientização e a capacitação financeira da população. Queremos transformar essa realidade e promover uma cultura de planejamento financeiro que de fato impacte no futuro e na realização dos sonhos de diferentes públicos", afirma Victor Oliveira, sócio e responsável pela área de alocação da Grão Investimentos, gestora independente associada ao Grupo Primo, e que acaba de anunciar o lançamento do seu serviço de planejamento financeiro, com foco em pessoas físicas que têm dificuldades para poupar seus recursos e, consequentemente, não conseguem investir.

"A organização das finanças é primordial para quem quer sair das dívidas e começar a investir, pois dá uma visão 360 graus sobre os gastos realizados. Ao tentarem implementar controles sozinhos, muitas pessoas acreditam, por exemplo, que determinado percentual dos ganhos é destinado para a alimentação. No entanto, não contabilizam um jantar fora de casa, uma despesa extra", acrescenta Victor.

"Para isso, uma planilha concentra todas as informações do cliente, o que facilita o gerenciamento dos números. Dessa forma, conseguimos ter um cenário claro e desenvolver estratégias para que sobre dinheiro para investir", afirma Oliveira.

Comece com pouco

Vicente Guimarães, CEO da VG Research, aconselha a começar fazendo um diagnóstico preciso da sua situação financeira. "Anote todos os seus rendimentos e gastos por um mês. Isso te dará um panorama completo para identificar áreas onde você pode economizar e liberar mais recursos para investir", afirma Guimarães. Sugere ainda o uso de aplicativos e planilhas para controlar os gastos, além de criar orçamentos e acompanhar seu progresso. E lembra que existem diversas ferramentas gratuitas disponíveis para auxiliar nessa jornada.

"Estabeleça objetivos financeiros claros, específicos e mensuráveis. Defina quanto você deseja investir por mês, qual o prazo para alcançar seus objetivos e qual o retorno esperado. Isso te dará um norte e te manterá motivado", comenta. Além disso, aconselha fazer compras planejadas com base em uma lista e evite ir ao supermercado com fome.

Por fim, diz ele, comece com pouco. "Você não precisa de muito dinheiro para começar a investir. Comece com valores pequenos e aumente seus aportes gradativamente, de acordo com a sua disponibilidade financeira. Tenha em mente que investir é um processo de longo prazo. Não se desespere se os resultados não aparecerem da noite para o dia. Mantenha a disciplina e o foco nos seus objetivos", finaliza.

China ampliará abertura do investimento de capital de risco

No ano passado, os mercados de capital de risco e private equity da China tiveram um total de 8.322 novos fundos estabelecidos, com a escala da subscrição de novos fundos atingindo US$ 614,06 bilhões, de acordo com um relatório emitido por um instituto sob a ChinaVenture.

A China anunciou nesta quinta-feira que vai expandir a abertura do investimento de capital de risco, revendo regulamentos e aumentando a acessibilidade para investidores estrangeiros dentro do território, de acordo com uma série de medidas reveladas pelo Conselho de Estado.

O desenvolvimento do capital de risco é um passo fundamental para promover o ciclo virtuoso da tecnologia, da indústria e das finanças, de acordo com as diretrizes emitidas pelo Gabinete Geral do Conselho de Estado. "Será fornecido apoio a instituições e equipes de investimento profissionais internacionais para estabelecer fundos de renminbi (moeda chinesa) no território e alavancar a sua experiência de investimento e vantagens de serviço abrangentes".

A China apoiará as instituições de seguros no investimento em fundos de capital de risco com base nos princípios do mercado.Também pretende expandir o escopo de seu mecanismo-piloto para Parcerias Limitadas Estrangeiras Qualificadas (QFLP) e orientar as instituições de capital de risco estrangeiras a conduzirem investimentos transfronteiriços de forma regulamentada. Além disso, serão feitos esforços para promover e regular o investimento no exterior pelas instituições chinesas de capital de risco.

"A indústria de capital de risco está fazendo a transição de sua fase anterior de rápido desenvolvimento para uma nova fase de remodelação, reconstrução e ajuste", disse Lin Haojun, presidente do Guangdong Technology Financial Group, uma das primeiras instituições de capital de risco da China.

Segundo a agência Xinhua, para as empresas de base tecnológica que alcançarem avanços em tecnologias essenciais críticas, o país estabelecerá canais expressos de financiamento por meio de listagens, emissão de títulos e fusões e aquisições. Isso também melhorará a eficiência e a qualidade das revisões de listagem dentro da National Equities Exchange and Quotations (NEEQ), também conhecida como a Bolsa de Valores de Beijing.

SINDICATO COND AUT DE VEICULOS ROD DA ZONA NORTE DO RJ
CNPJ N. 30.132.823/0001-31
ELEIÇÕES SINDICAIS - CHAPAS CONCORRENTES

Em cumprimento ao artigo 48° de nosso Estatuto e CNF. Constituição Federal, comunicamos o registro da ÚNICA CHAPA concorrente às Eleições Sindicais, a que se refere o Edital publicado no dia 04 de junho de 2024, no Jornal "O MONITOR MERCANTIL", para Diretoria Efetiva: (Presidente): Celso José Wermelinger, (Secretário): Paulo Roberto Gonçalves e (Tesoureiro): Dircélio Nogueira Jillela - Suplentes de Diretoria: (Vice-Presidente): Rodrigo Lopes Cosendey, Jader Rangel de Siqueira, Wanderson Ferreira da Costa - Conselho Fiscal Efetivo: Sergio da Silva Coelho, Roberto da Costa Crispino, Suely Ferreira Machado - Suplentes de Conselho Fiscal: Carlos Eduardo Santos Silva, Carlos Alberto Pestana do Nascimento, Carlos Augusto Oliveira Bragança – Diretoria de Eventos: Flavio Marcelo Pinheiro Chagas e Alex do Vale Rocha. CONFORME artigo 50° letra "f" do Estatuto Social, o prazo para impugnação dos candidatos é 5 (cinco) dias a contar da data deste Edital. Niterói, 20/06/2024.

Diretor Presidente: CELSO JOSÉ WERMELINGER e MAIQUE CASTRO CRCRJ.

ESHO – EMPRESA DE SERVIÇOS HOSPITALARES S.A.
CNPJ nº 29.435.005/0001-29 - NIRE 33.3.0029696-4
Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam os Senhores acionistas da ESHO – Empresa de Serviços Hospitalares S.A. ("Companhia") convidados a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 01 de julho de 2024, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, na Avenida Barão de Tefé, nº 34, 5º andar, Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.220-460, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Registrar a renúncia de Diretores da Companhia; (ii) Deliberar sobre a eleição de Diretores da Companhia; (iii) Deliberar sobre a absorção dos prejuízos acumulados mediante redução do capital social da Companhia; (iv) Deliberar sobre a consequente alteração do Artigo 5º da Companhia; (v) Consolidar o Estatuto Social da Companhia; e (vi) Autorizar os diretores da Companhia a praticarem todos os atos necessários à implementação das deliberações aprovadas. Informações Gerais: Os acionistas deverão apresentar na sede da Companhia, com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, além do documento de identidade e/ou documento societário pertinente que comprove a representação legal, conforme o caso: o comprovante de titularidade de ações de emissão da Companhia e o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante.

Rio de Janeiro, 21 de junho de 2024.
Kewton Esper Aragão – Presidente.